

Moçambique

Relatório Famílias Hospedeiras:

**TRABALHO REALIZADO NO TERRENO
NOS DISTRITOS DE NAMACURRA E
MAGANJA DA COSTA**





Este documento foi elaborado com o apoio financeiro da Comissão Europeia. As opiniões emitidas neste documento não devem ser consideradas, de nenhuma forma para reflectir a opinião da Comissão Europeia.

Ficha Técnica

Título: **Relatório Famílias Hospedeiras: Trabalho Realizado no Terreno nos Distritos de Namacurra e Maganja da Costa**

Autora: **Andrea Lorenzetti**

Traduzido para português: **Jorge Constantino Uamusse**

Layout e Impressão: **Publifix, Lda.**

A imagem da capa está baseada numa serigrafia desenhada pelo artista moçambicano **Malangatana** para a Cruz Vermelha de Moçambique, dentro da iniciativa destinada a apoiar as vítimas das cheias do ano 2000.

Cruz Vermelha de Moçambique.

Av. Agostinho Neto N.º 294, Maputo

Tel: +258 21 49 77 21/ 49 81 39 - Fax: +251 21 49 77 25

Email: cvm@redcross.org.mz

Website: www.redcross.org.mz

Novembro de 2013 – Maputo - Moçambique

ÍNDICE

Resumo Executivo	5
Glossário de Acrónimos e Abreviaturas	7
 1. Introdução, Objectivos e Perguntas.....	 8
 2. Definições.....	 10
 3. Contexto	 11
3.1 Uma Década de Desastres Naturais em Moçambique	11
3.2 As Cheias de 2013 na Zambézia	14
3.3 Os Mecanismos de Resposta	18
3.4 Preparação para Desastres em Moçambique.....	20
 4. Trabalho realizado no Terreno.....	 23
4.1. Metodologia e Recolha de Dados.....	23
4.2. Selecção das comunidades de estudo.....	26
4.3. Constrangimentos e Limitações.....	27
 5. Observações e constatações	 28
5.1. Perfil das Comunidades de Acolhimento.....	28
5.2. Práticas de Acolhimento depois das cheias.....	33
5.3. Apoio externo prestado às práticas de acolhimento	36
5.4. Lacunas, oportunidades e vantagens de apoio nas práticas de acolhimento.....	37
5.5. Acordos de Acolhimento: Comparação do Contexto da Zambézia com Gaza	38
5.6. Constatações	39

6. Anexos

A. Mapas	44
B. Fotografias das Cheias de 2013	46
C. Entrevistas às famílias - resultados.....	47
D. Questionário para as Famílias de Acolhimento.....	53
E. Questionário para as Famílias Acolhidas	53
F. Agenda da Missão no Terreno	59
G. Lista de Pessoas Contactadas.....	61
H. Termos de Referência da Equipa de Terreno.....	62
I. Referências	70

RESUMO EXECUTIVO

Este relatório apresenta as observações e as constatações do estudo realizado no terreno pela equipa de Consultores em Agosto/Setembro de 2013, que tinha em vista recolher informação sobre os acordos familiares durante os últimos desastres naturais e o impacto sobre a resposta humanitária. A equipa de terreno era composta por dois membros: O Sr. Andrea Lorenzetti, um arquitecto com experiência internacional em abrigo de emergência e a Sr^a Josefina do Livramento Moçambique, uma cidadã moçambicana com conhecimentos de sociologia e domínio do contexto da Província da Zambézia. De acordo com os Termos de Referência¹, este estudo foi realizado em Namacurra e Maganja da Costa, dois distritos da Província da Zambézia. Além disso, uma visita de curta duração (um dia) na Província de Gaza foi realizada pela equipa para complementar as práticas de acolhimento identificadas num contexto rural, com exemplos de acolhimento num contexto semi-urbano tal como na vila da Macia. Na secção 4.5, as constatações da Zambézia são comparadas com as de Gaza.

Durante a resposta aos desastres, o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (**INGC**) é o ponto focal para a coordenação e mecanismos de partilha de informação, incluindo os parceiros internacionais e as organizações da sociedade civil. Muitos actores humanitários estavam cientes de que uma percentagem da população afectada havia sido abrigada pelas famílias de acolhimento mas nenhuma ajuda direccionada às famílias de acolhimento foi discutida nas reuniões de coordenação, nem foi implementada.

As principais constatações deste estudo mostram que:

- As zonas rurais recônditas da Zambézia que foram afectadas por um desastre natural tal como as últimas cheias em Janeiro de 2013, permaneceram isoladas durante vários dias e a maior parte da população foi resgatada por helicóptero ou barco nas zonas afectadas. Durante estes primeiros dias, toda a comunidade é afectada e envolvida no apoio mútuo, tal como o acolhimento das famílias afectadas nas suas casas que não foram afectadas pelas cheias.
- Contudo, a maior parte das famílias afectadas foi abrigada dentro dos edifícios na comunidade (escolas, igrejas e mesquitas) existentes na parte da povoação que não foi afectada. As famílias que não conseguiram lugar nos edifícios, encontraram abrigo temporário na varanda das casas circunvizinhas.
- Estes três tipos de acordos de abrigo aconteceram espontaneamente dentro da mesma comunidade e não foi identificado nenhum caso de famílias afectadas que foram acolhidas pelas famílias que pertencem a uma outra comunidade nos distritos de Namacurra e Maganja da Costa.

.....
¹ Vide anexo H – Termos de Referência para o Especialista Técnico e para o Assistente de Terreno.

- Não foi prestado nenhum apoio específico às famílias acolhidas e às famílias de acolhimento (família de solidariedade) durante a emergência. A assistência à população afectada foi centralizada pelo INGC e prestada apenas nos centros de acomodação.
- A falta de alimentos, abrigo adequado para todos os membros da família e a necessidade de produtos básicos forçou as famílias afectadas a abandonarem as aldeias para os centros de acomodação. Não havia opções para eles para fazerem face ao desastre. Existe um arranjo entre as pessoas entrevistadas de que ser acolhido na sua própria aldeia ao invés de se dirigir aos centros de acomodação apresenta muitas vantagens em termos de recuperação dos meios de vida, segurança e bem-estar psicológico. Permanecer nas suas próprias comunidades permite às famílias iniciar a recuperação das machambas nas terras não afectadas pelas cheias, bem como cuidar das suas propriedades.
- Os seminários realizados nos dois distritos foram uma oportunidade para as instituições locais, líderes tradicionais e membros dos Comitês Locais de Gestão do Risco de Calamidades se inteirarem do acolhimento como uma prática espontânea, que deve ser melhorada e reconhecida como tal, como uma solução eficaz em termos de custos depois da ocorrência de cheias.
- Diferentes práticas de acolhimento foram observadas durante a visita da equipa na Província de Gaza e referem-se a um contexto urbano. Em Janeiro de 2013, a cidade de Chókwe ficou inundada depois do Rio Limpopo ter transbordado e toda a população foi evacuada para perto da Vila da Macia onde o INGC organizou Centros de Acomodação para prestar assistência às famílias deslocadas. Acordos de acolhimento foram identificados no seio das famílias vivendo na Macia e reportou-se que várias famílias acolheram os seus familiares/amigos durante três meses de emergência nas suas casas apenas como um gesto de solidariedade.

GLOSSÁRIO DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

OBC	Organização Baseada na Comunidade
CCGC*	Conselho Coordenador de Gestão de Calamidades
CLGRC*	Comité Local de Gestão do Risco de Calamidades
CENOE*	Centro Nacional Operativo de Emergência
COE*	Centro de Operações de Emergência Nível (Provincial)
COSACA	Consórcio de ONGs (Concern, Save the Children, Care)
CTGC*	Conselho Técnico de Gestão de Calamidades
CVM*	Cruz Vermelha de Moçambique
CVE	Cruz Vermelha da Espanha
GRC	Gestão do Risco de Calamidades
RRD	Redução do Risco de Desastres
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
FEWS NET	Rede dos Sistemas de Aviso Prévio Contra a Fome
AAA	Acção Agrária Alemã
HCT	Equipa Nacional Humanitária
HCT-WG	Equipa Nacional Humanitária - Grupo de Trabalho
FICV	Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho
INAM*	Instituto Nacional de Meteorologia
INE*	Instituto Nacional de Estatística
INGC*	Instituto Nacional de Gestão de Calamidades Naturais
OIM	Organização Internacional da Migração
MZN	Meticais (i.e. Moeda moçambicana)
NFIs	Bens Não Alimentares
ONGs	Organizações Não Governamentais
OCHA	Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas
NU	Nações Unidas
UNAPROC*	Unidade Nacional de Protecção Civil
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para a População
UN-Habitat	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
ACNUR	Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
WASH	Água, Saneamento e Higiene

* Os acrónimos dos Ministérios do Governo de Moçambique e os seus órgãos são os seus nomes oficiais em Português

1. Introdução, Objectivos e Perguntas

Como parte da Estratégia Regional no âmbito do DIPECHO III, a Cruz Vermelha de Moçambique (CVM) em parceria com a Cruz Vermelha da Espanha (CVE), está a implementar o projecto intitulado “Reduzir o risco e a vulnerabilidade aos desastres por parte da população moçambicana exposta às mudanças climáticas, fortalecimento das capacidades de gestão de desastres das comunidades locais vivendo nas zonas propensas às calamidades, em coordenação com as autoridades do governo e outras organizações da sociedade civil.” Este projecto está centrado na província central da Zambézia, uma das zonas mais afectadas pelos desastres naturais. Uma componente deste projecto é a orientação às comunidades vivendo nas zonas mais propensas aos desastres naturais, agências humanitárias e instituições do governo, sobre a assistência em abrigo para que estejam melhor preparadas para que respondam de forma eficaz com soluções de abrigo de emergência apropriadas em caso de um desastre relacionado com a temperatura. Particular atenção é prestada à orientação dada às famílias de acolhimento como uma solução potencial e alternativa para prestar assistência à população afectada durante a resposta aos desastres naturais em Moçambique. Este relatório faz parte de um estudo detalhado sobre a inclusão da resposta das famílias de acolhimento na agenda política para a prontidão e gestão de emergências depois de um desastre natural em Moçambique² e descreve o trabalho levado a cabo pela equipa de terreno durante a sua missão em Moçambique, entre 16 de Agosto e 6 de Setembro de 2013.

O propósito desta missão era de realizar uma avaliação extensiva nas comunidades vivendo em dois distritos da Província da Zambézia, Namacurra e Maganja da Costa, a fim de identificar e analisar as práticas de acolhimento existentes durante situações de emergência.

Este estudo tem em vista responder às seguintes perguntas:

Q.1.1. - Durante a última emergência de cheias ocorridas em Namacurra e Maganja da Costa, houve famílias deslocadas e afectadas que foram acolhidas por outras famílias, providenciando-lhes um lugar seguro para ficar?

Q.1.2 – Foi a primeira vez que isso aconteceu ou o acolhimento é uma prática comum no seio dessas comunidades?

Em caso afirmativo,

Q.2.1- Receberam assistência (de qualquer tipo) do Governo e/ou das Organizações de Ajuda Humanitária durante este período de acolhimento?

Q.2.2 - Esta assistência foi adequada e apoiou de forma eficaz os acordos de acolhimento para que estes acordos continuassem a ser sustentáveis?

.....

² Ver Termos de Referência para os detalhes dos únicos produtos

Se não tiver sido prestada nenhuma assistência,

Q.3.1 – Como é que as famílias lidaram com os acordos de acolhimento informais e quanto tempo é que as famílias afectadas permaneceram em acolhimento?

Q.3.2 – Que tipo de apoio poderia ter sido prestado para satisfazer as necessidades das famílias acolhidas e famílias de acolhimento (família de solidariedade) e tornar os acordos de acolhimento mais sustentáveis?

Além disso, para reconhecer o nível de interesse das instituições relevantes do Governo e Organizações Humanitárias (incluindo a Cruz Vermelha de Moçambique) sobre a inclusão da resposta das famílias de acolhimento na agenda política para a prontidão e gestão de emergências depois dos desastres naturais em Moçambique, o estudo responde às seguintes perguntas:

Q.4.1 – Os intervenientes humanitários relevantes (funcionários do Governo, trabalhadores da Cruz Vermelha de Moçambique e outras Organizações Humanitárias que trabalham em Moçambique) estão suficientemente familiarizados com o acolhimento como uma opção para a resposta no sector de abrigo?

Q.4.2 – As instituições relevantes do Governo estão interessadas em considerar a forma de assistência para os acordos de acolhimento e incluir a elaboração do plano de contingência para futuras emergências?

Q.4.2 – As Autoridades Locais, Comités das Aldeias e Líderes Tradicionais podem ser envolvidos na assistência às práticas de acolhimento espontâneo como uma opção de abrigo eficaz em termos de custos para a resposta à emergência ao nível da aldeia?



2. Definições

Para evitar que haja um entendimento errado após a tradução para o Português e devido às diferentes terminologias usadas em diferentes países e por diferentes organizações, abaixo apresenta-se uma lista de termos e os seus significados adoptados amplamente a nível internacional, que serão usados em todos os quatro produtos desta consultoria.

Comunidade de acolhimento: a comunidade que tem deslocados internos vivendo nas casas dos membros da comunidade e/ou em centros de acomodação espontâneos ou formais nas proximidades.

(ACNUR, *Deslocados Internos nas Famílias e Comunidades de Acolhimento: Assistência para Acordos de Acolhimento*, 2012)

Família de solidariedade: pessoas deslocadas e as suas famílias de acolhimento devem ser consideradas juntamente como uma única unidade beneficiária, a família de solidariedade.

(IASC, *Grupo de Trabalho Técnico do Cluster de Abrigo do Haiti, "Directrizes de Avaliação das Necessidades das Famílias de Acolhimento e das Comunidades de Acolhimento"*, Abril de 2010)

Família/Pessoa de Acolhimento: uma família vivendo dentro de uma comunidade de acolhimento, que está a acolher deslocados internos dentro da sua própria casa.

(ACNUR, *Deslocados Internos nas Famílias e Comunidades de Acolhimento: Assistência aos Acordos de Acolhimento*, 2012)

Família/Pessoa Deslocada ou Deslocados Internos: Pessoas ou grupos de pessoas que foram forçadas ou obrigadas a fugir ou a abandonar as suas casas ou lugares habituais de residência, em particular como resultado de/ou para evitar os efeitos de conflito armado, situações de violência generalizada, violações dos direitos humanos ou desastres naturais ou desastres provocados pelo homem, e que não atravessaram uma fronteira de um Estado reconhecido internacionalmente.

(*Princípios orientadores em matéria de deslocamento interno*. <http://www.idpguidingprinciples.org>)

Acolhimento de Pêndulo: uma relação de acolhimento que permite às pessoas ou famílias deslocadas regressar periodicamente às suas casas/zonas de origem para monitorar a segurança das suas casas, propriedades ou culturas alimentares.

(ACNUR, *Deslocados Internos nas Famílias e Comunidades de Acolhimento: Assistência aos Acordos de Acolhimento*, 2012)

Centros de acomodação: Edifícios e infra-estruturas pré-existentes usados para o reassentamento colectivo e comunitário da população deslocada em caso de ocorrência de um conflito ou desastre natural.

(ACNUR e OIM, *Directrizes sobre o Centros de Acomodação*, 2010)

3. Contexto

Uma análise aos desastres naturais em Moçambique mostra que para além das secas, cheias e ciclones recorrentes, o país vive altos níveis de vulnerabilidade às alterações climáticas que têm um impacto tremendo sobre as pessoas, animais, propriedades, recursos naturais e infra-estruturas físicas. A pandemia do HIV/SIDA é de ritmo lento. Espera-se que o forte impacto desta pandemia continue durante vários anos e é dificilmente mitigado pelas intervenções de curto prazo. A pandemia agrava ainda mais a vulnerabilidade da população exposta aos desastres naturais. Por último, tal como foi reportado pela Equipa Nacional Humanitária das Nações Unidas em Moçambique (HCT) no Plano de Contingência Inter-agência para o período 2010/2011, cerca de 54.7 % da população vive abaixo da linha da pobreza e sobrevive com menos de 1 USD por dia. Os desastres naturais em Moçambique continuam a ser um grande obstáculo ao desenvolvimento sustentável e, portanto, para o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs).

3.1 Uma Década de Desastres Naturais em Moçambique

Moçambique é um dos países africanos mais exposto aos riscos resultantes de múltiplos perigos relacionados com as condições meteorológicas, sofrendo de cheias, ciclones e secas periódicas, que predominam durante a época chuvosa que vai de Outubro a Março. Registos históricos sobre os desastres naturais em Moçambique mostram que em 57 anos, de 1956 a 2013, houve 10 secas, 22 cheias, 13 ciclones tropicais, 18 epidemias e 1 terramoto. Cerca de 25% da população ainda está exposta ao risco de perigos naturais. As cheias, epidemias e ciclones são os desastres mais frequentes, embora a seca tenha afectado o maior número de pessoas.

Main natural disasters occurred in Mozambique (2000 - 2013)



Adapted from
Focus on Mozambique (UN-Habitat 2012)

Os ciclones afectam 2,470 km da costa do Oceano Índico com frequências de cerca de 1-2 vezes em 4 anos, dependendo das regiões. O país é frequentemente devastado por ciclones tropicais que causam cheias. A zona mais exposta ao risco é entre Pemba e Angoche e perto da Beira. A época de ciclones vai de Novembro a Abril, coincidindo com a principal época agrícola. Em Fevereiro de 2007, o Ciclone Fávio, um ciclone de categoria 4, afectou Moçambique no distrito de Vilanculos na Província de Inhambane, depois deslocou-se na direcção noroeste no norte de Inhambane, sul das províncias de Sofala e Manica. A maior parte dos agregados familiares afectados pelo ciclone perderam as suas casas, reservas alimentares, culturas alimentares e árvores de fruta e enfrentaram uma escassez aguda de alimentos. Apesar dos danos, o Ciclone Fávio trouxe chuvas que eram bem-vindas para muitas zonas que tinham passado por uma situação de seca anteriormente durante a época³.

³ FEWS NET – Quadro de Segurança Alimentar – Perigos em Moçambique

No dia 9 de Março de 2008, o ciclone tropical Jokwe afectou as zonas norte e centro de Moçambique, causando chuvas intensas que provocaram danos elevados às casas, escolas e estradas.

Em Janeiro de 2012, duas tempestades tropicais e ciclones afectaram Moçambique. O Ciclone Tropical Funso afectou a Costa Norte do país, enquanto a Tempestade Dando afectou maioritariamente as províncias de Gaza e Maputo. Em Março, a Tempestade Tropical Irina passou pelas zonas costeiras das províncias de Gaza e Maputo, danificando casas e edifícios públicos. O impacto combinado das tempestades tropicais Dando, Funso e Irina foi de 44 óbitos e um total de 108,048 pessoas afectadas, um número estimado de 28,000 casas destruídas, que ficaram danificadas ou inundadas.

As cheias ocorrem de 2 a 3 anos ao longo das principais bacias, planície costeira de baixa altitude e zonas com problemas de drenagem. O risco é mais alto na região centro e sul. Moçambique está localizado a jusante das bacias dos rios, das quais Zambeze é o maior, seguido do Limpopo, Rovuma e Save ao longo dos sete maiores rios que atravessam o país (Zambeze, Limpopo, Incomati, Licungo, Buzi e Púngoe), e a sua extensão depende em grande medida da quantidade de precipitação registada nos países vizinhos, localizados a montante. As inundações podem ocorrer geograficamente de forma aleatória, uma vez que os rios encontram-se dispersos do norte para o sul do país.

As últimas maiores cheias ocorreram no ano 2000, como consequência do Ciclone Elyne que afectou várias bacias na sub-região, em particular o Rio Limpopo, resultando em mais de 700 óbitos, 500,000 pessoas desalojadas e 2 milhões de pessoas afectadas.

No final de Dezembro de 2006, a Barragem de Cahora Bassa transbordou devido às intensas chuvas que se fizeram sentir na África Austral e em Fevereiro de 2007 o Rio Zambeze transbordou ao longo das suas margens, inundando algumas regiões de Moçambique, seguido dos rios Chire e Rivubue, resultando em 29 óbitos confirmados e 121,000 pessoas desalojadas nas províncias de Tete, Manica, Sofala e Zambézia.

As chuvas intensas que tiveram lugar em Fevereiro de 2010, principalmente na região centro cobrindo as províncias da Zambézia, Tete, Manica e Sofala causaram cheias nos vales do Buzi, Zambézia, Licungo, Save e outros rios, afectando aproximadamente 17,000 pessoas.

As províncias do sul e centro de Moçambique (Cidade de Maputo, Províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Manica, Sofala, Tete e Zambézia) registaram chuvas intensas de Dezembro de 2010 a Março de 2011. As cheias resultaram no deslocamento de pessoas e destruição de propriedades.

As últimas cheias tiveram lugar em 2013, tendo causado 113 óbitos e afectado 240,000 pessoas.

As epidemias têm estado geralmente associadas aos desastres causados pelas cheias. A vulnerabilidade constitui o seu ponto mais alto durante a época chuvosa que vai de Setembro a Março.

As secas ocorrem principalmente nas regiões Sul e Centro, com uma frequência de 7 vezes em 10 anos e 4 vezes em 10 anos, respectivamente. Contudo, durante os últimos treze anos (2000-2013), o país passou por uma situação de chuvas recorrentes e uma grave seca, tal como as secas de 2002/03 e 2004/05 que afectaram gravemente grande parte das regiões

Houve um aumento de terramotos na região. Os terramotos tornaram-se um novo factor que deve ser incluído no perfil de desastres no país. Em 2006, um sismo com uma magnitude na escala de 7.5 afectou o centro de Moçambique no distrito de Machaze, província de Manica. As províncias do centro e norte são as mais propensas aos terramotos, dada a sua proximidade para o extremo sul do sistema de Rift que atravessa a África Oriental, de Djibuti a Eritreia no norte, para o Malawi e Moçambique no sul, e que constitui a fronteira entre a placa tectónica de África na parte ocidental e a placa da Somália no oriente.

A província da Zambézia está localizada na região costeira no centro de Moçambique e, com uma população de 3,85 milhões⁴, é a segunda província de Moçambique com maior população. A capital provincial é Quelimane (200,000 pessoas), a maior cidade da província, que dista há 25 km da foz do Rio dos Bons Sinais.

[illegible]

⁴ Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INE) – Censo de 2007.

	Distrito	Superfície	População
1	Alto Molocue	6,386 km ²	278,064
2	Chinde	4,403 km ²	121,173
3	Gilé	8,875 km ²	168,962
4	Gurué	5,606 km ²	302,948
5	Ile	5,589 km ²	292,504
6	Inhassunge	745 km ²	91,989
7	Lugela	6,178 km ²	137,040
8	Maganja da Costa	7,597 km ²	282,173
9	Milange	9,794 km ²	515,029
10	Mocuba	8,867 km ²	306,543
11	Mopeia	7,614 km ²	115,614
12	Morrumbala	12,972 km ²	361,896
13	Namacurra	1,798 km ²	179,133
14	Namarroi	3,019 km ²	127,651
15	Nicoadala	3,582 km ²	232,929
16	Pebane	9,985 km ²	186,330
17	Cidade de Quelimane (município)	6,386 km ²	278,064

Os dados da população dos distritos acima indicados são resultados provisórios do Censo realizado em Setembro de 2007.

Embora Zambézia seja a segunda província com maior população, tal como foi demonstrado na tabela acima, é bastante isolada e recôndita. Uma das consequências tem sido o acesso relativamente fraco aos serviços sociais, incluindo saúde e educação. A agricultura é a principal actividade da província, com destaque para as culturas do arroz, milho, mandioca, castanha de caju, cana-de-açúcar, coco, citrinos, algodão e chá. Existe uma floresta considerável no interior e as pedras preciosas são extraídas das minas em vários locais. Grande parte da costa é composta por pântanos de mangais e a pesca é especialmente caracterizada por camarão.

Zambézia é extremamente propensa às cheias e aos ciclones durante a época chuvosa em Moçambique.

Em particular, durante os últimos 12 anos, diferentes desastres naturais com diferentes magnitudes em termos de impacto afectaram a Província da Zambézia, tais como as secas (2003, 2004, 2009), ciclones (2008 e 2012) e principalmente as cheias (2001, 2005, 2007, 2008)⁵, sempre afectando as zonas agrícolas, infra-estruturas, serviços públicos e habitações e causando o deslocamento temporário das comunidades afectadas.

As graves cheias mais recentes tiveram lugar em Janeiro de 2013.

Em Janeiro de 2013, chuvas intensas duraram mais de uma semana e causaram inundações nas principais bacias hidrográficas nas regiões sul e centro de Moçambique. Gaza e Zambézia foram as províncias mais afectadas.

.....
⁵ Governo Provincial da Zambézia – Plano de Contingência para o período 2012/2013

No dia 12 de Janeiro de 2013, após as chuvas intensas que causaram um aumento dos níveis hidrométricos nas principais bacias hidrográficas na parte central do país e na região sul, o Conselho Técnico de Gestão de Calamidades de Moçambique (CTGC) activou o alerta laranja.

No dia 20 de Janeiro, estima-se que 150,000 pessoas foram afectadas em todo o país e houve relatórios de danos significativos nas habitações (2,979 casas danificadas ou destruídas, 679 casas inundadas) e nas infra-estruturas da comunidade tais como estradas, pontes e sistemas de electricidade e drenagem.

No dia 22 de Janeiro de 2013, o CTGC declarou um alerta vermelho institucional para reforçar as acções do Governo e dos parceiros para satisfazer as necessidades humanitárias das pessoas afectadas. O INGC estimou que na Zambézia mais de 20,000 pessoas foram afectadas pelas cheias e que necessitaram de assistência. 7 dos 17 distritos foram gravemente afectados, nomeadamente a cidade de Quelimane, Chinde, Maganja da Costa, Namacurra, Nicoadala, Morrumbala, Mopeia e, tal como foi mencionado, os subúrbios circunvizinhos de Quelimane.



No dia 20 de Fevereiro, quase um mês depois, o número total de pessoas afectadas aumentou para 240,827 e 185,897 pessoas deslocadas. O número de óbitos reportados também aumentou para 113. Centros de transição e os centros de acomodação directamente geridos pelo Governo (INGC) com o apoio dos parceiros humanitários foram criados nas províncias de Gaza e Zambézia, as mais afectadas.

Na Zambézia, dados oficiais do INGC indicaram que 38,176 pessoas foram afectadas pelas cheias, um terço dessas pessoas ficaram desalojadas e acomodadas nos 21 centros de acomodação criados pelo Governo local nos seis distritos mais afectados. O INGC coordenou todas as distribuições realizadas dentro dos centros de acomodação, e também durante a distribuição de bens alimentares e bens de socorro fornecidos pelos parceiros humanitários.

No dia 12 de Março de 2013 quando a situação voltou à normalidade, o CTGC baixou o Alerta Vermelho para o Alerta Laranja. À medida que as águas das cheias baixavam, as pessoas abandonaram os centros de acomodação para regressar às suas casas ou passar para os novos talhões alocados pelo Governo local nos centros de reassentamento que foram criados. Na Zambézia o INGC reportou que 2,730 famílias receberam um novo talhão numa das 16 zonas de reassentamento.



SUMMARY OF THE IMPACT



District	Affected populations				Houses			Infrastructure		
	Casualty	Wounded	FAMILIES	Individuals	Perc. Dest	Totaly. Dest	Total	Acessrooms	Health centres	Bridges
Alto Molocue	0	5	152	667	111	41	152	24	-	-
Chinde	0	0	100	500	64	36	100	8	-	-
Gile	2	0	93	465	27	66	93	42	-	-
Gurue	0	2	534	2.241	313	213	526	30	-	-
Ile	6	0	189	945	0	189	189	10	1	1
Inhassunge	3	0	1	5	0	1	1	0	-	-
Lugela	1	0	36	180	36	26	62	18	-	-
Mag. Costa	3	0	584	2.920	38	66	104	0	1	1
Milange	1	0	533	2.565	348	185	533	37	-	-
Mocuba	1	0	99	495	108	59	167	15	1	-
Mopeia	0	0	2.100	10.500	0	328	0	42	-	-
Morrumbala	0	0	827	4.923	0	88	88	14	-	-
Namacurra	3	0	946	4.715	71	279	350	63	2	-
Namarroi	0	0	7	16	0	7	7	13	-	-
Nicoadala	3	5	1.180	5.900	1.587	998	2585	66	-	1
Pebane	0	0	46	136	28	18	46	180	-	-
Quelimane	0	0	205	1.003	116	80	196	0	-	3
Total	23	12	7.632	38.176	2.847	2.352	5.199	562	5	6

No dia 19 de Abril, todos os alertas foram levantados, os centros de acomodação e outros centros foram progressivamente encerrados e oficialmente as actividades de auxílio humanitário passaram para as operações de recuperação rápida.

3.3 Os Mecanismos de Resposta

Com base na experiência adquirida dos desastres passados, Moçambique registou um progresso assinalável no estabelecimento e modernização de quadros institucionais, de política e de programa relevantes. Moçambique faz parte da lista dos 168 países que em 2005 endossaram o Quadro de Acção de Hyogo, concordando em alcançar até 2015 “a redução substancial das perdas causadas pelos desastres, vidas e activos sociais, económicos (HFA) e ambientais das comunidades e dos países”.

Em particular, com a criação do INGC a implementação destes quadros teve um papel decisivo na melhoria da resposta às cheias e a outros desastres naturais que ocorreram em Moçambique durante os últimos anos.

O INGC, criado em 1999, coordena as actividades de gestão do risco de desastres em Moçambique. O INGC opera sob tutela do Ministério da Administração Estatal (MAE) e tem o mandato de coordenar acções de resposta às emergências, promover a prevenção de desastres através da mobilização da população e do governo; proteger vidas humanas; garantir a coordenação multi-sectorial nas emergências causadas pelos desastres; coordenar os sistemas de aviso prévio; realizar sensibilizações públicas e reutilizar as zonas áridas e semi-áridas.

O INGC é responsável pela coordenação de todas as actividades de gestão de risco aos níveis nacional, provincial e distrital.

Durante a resposta aos desastres o INGC é claramente o ponto focal definido para os mecanismos de coordenação e de partilha de informação, incluindo os parceiros internacionais e as organizações da sociedade civil.

A nível provincial, uma estrutura organizacional semelhante de gestão de desastres é replicada. Existem delegações do INGC em todas as províncias de Moçambique. Cada delegação é chefiada por um Delegado que é nomeado pelo Director-geral do INGC. Também existe um Conselho Técnico Provincial de Gestão de Desastres, o Centro Operativo de Emergência (COE) com representantes de todos os sectores do Governo, outros intervenientes da sociedade civil (líderes religiosos, ONGs, etc.) e os meios de comunicação social (rádio provincial e comunitária, televisão, etc.).

A nível político, o órgão mais alto para a gestão do risco de desastres no país é o Conselho Coordenador de Gestão de Calamidades (CCGC), composto pelos Ministros relevantes e presidido pelo Primeiro-ministro. Garante a coordenação multi-sectorial na prevenção de desastres, assistência às vítimas e reabilitação pós desastres. Recebe assessoria do CTGC, que é composto por pessoal técnico dos Ministérios dos sectores representados no CCGC, propõe acções técnicas de resposta aos desastres, que são depois submetidas para análise e aprovação pelo CCGC. A decisão do CCGC é depois enviada ao órgão operacional do INGC para acção através dos seus representantes regionais, provinciais e distritais. O CTGC é também activo a

nível provincial onde dá aconselhamento ao INGC a nível local e ao Governo Provincial e realiza avaliações de desastres.

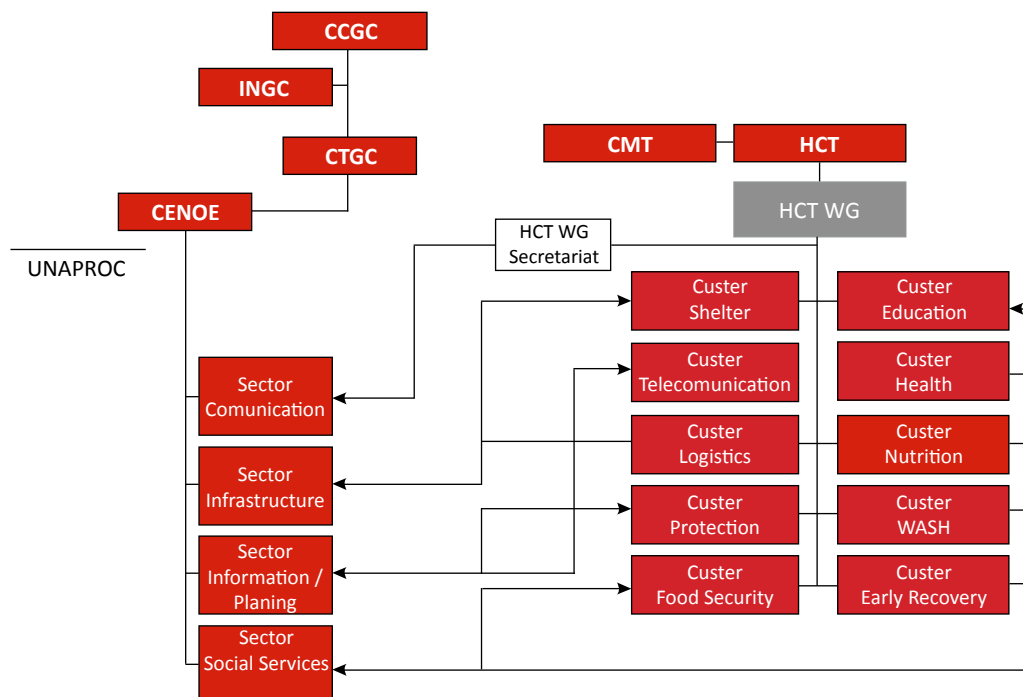
Os mecanismos de coordenação e de partilha de informação têm lugar ao nível central no Conselho Nacional Técnico de Gestão de Calamidades Naturais, um órgão alargado onde as Nações Unidas e a Cruz Vermelha de Moçambique têm assentos.

Para coordenar os esforços nacionais e internacionais para uma resposta rápida, eficiente e eficaz aos desastres, o CENOE foi criado pelo Governo de Moçambique como uma estrutura de coordenação multi-institucional e multi-setorial.

O CENOE opera sob a liderança do INGC e é apoiado pela Unidade Nacional de Protecção Civil (UNAPROC) para prestar assistência nas actividades de busca e resgate.

As principais responsabilidades são:

- Recolher dos diferentes órgãos nacionais e internacionais toda a informação relevante sobre uma possível ou actual situação de emergência e centralizá-los com vista a prestar apoio ao Presidente da República e ao Conselho de Ministros para a declaração de emergência;
- Coordenar, mediante orientações do Presidente da República, os esforços das diferentes administrações no país e órgãos internacionais;
- Providenciar a todos os intervenientes envolvidos na prevenção, mitigação e resposta aos perigos instrumentos orientadores, procedimentos, tarefas e acções para a monitoria técnica e científica, transmissão de avisos, controlo de operações, activação e desactivação de operações de emergência.



Emergency Coordination Mechanisms between the Government of Mozambique and the Humanitarian Country Team

O organograma acima faz o resumo das ligações e a coordenação entre a Equipa Nacional Humanitária e os mecanismos de gestão de emergência do governo moçambicano descritos acima. Com base nos princípios orientadores, a Equipa Nacional Humanitária coordena os esforços da comunidade humanitária através da abordagem de *Cluster*, ao invés de ter muitas agências das Nações Unidas, ONGs e parceiros internacionais a participar nas reuniões do CENOE/CTGC e participar nos grupos de trabalho nacionais.

Portanto, estes *clusters* envidam esforços para integrarem os quatro grupos de trabalho do CENOE. A Liderança ou os Co-líderes do *Cluster* e um adjunto (de preferência uma Agência das Nações Unidas e uma ONG parceira do *Cluster*) são designados para participarem nas reuniões do Grupo de Trabalho do INGC. Eles representam os outros parceiros do *Cluster* e apresentam as contribuições do *Cluster* no processo de preparação e resposta aos desastres a nível nacional. Articulam com os Grupos de Trabalho do CENOE e com o INGC de uma forma mais ampla e com os membros do *Cluster*, apoiando-os nos desenvolvimentos e nas decisões tomadas em relação aos planos de preparação e resposta à emergência.

3.4 Preparação para Desastres em Moçambique

O progresso alcançado na redução do risco de desastres em Moçambique foi atribuído 4 pontos em 2011, de acordo com um relatório do Banco Mundial publicado em 2012⁶. A pontuação do progresso alcançado na redução do risco de desastres é, em média, a pontuação das auto-avaliações que variam de 1 a 5 pontos, pelos países sob a Prioridade 1 dos Relatórios de Progresso do Quadro de Acção de Hyogo a nível nacional. O Quadro de Acção de Hyogo é um modelo de referência mundial para os esforços envidados na redução do risco de desastres que foi adoptado por 168 países em 2005. As avaliações da Prioridade 1 incluem quatro indicadores que reflectem o grau no qual os países priorizaram a redução do risco de desastres e o fortalecimento das instituições relevantes.

Esta secção descreve duas iniciativas fundamentais utilizadas pelas instituições relevantes do Governo no sector de preparação para desastres, o Plano Anual de Contingência elaborado pelo INGC e os Comitês Locais de Gestão do Risco de Calamidades.

- **Plano Anual de Contingência** – todos os anos, o INGC prepara Planos de Contingência de uma forma participativa envolvendo o Governo central e provincial, doadores, membros da HCT e a sociedade civil. Os planos são preparados após a emissão de previsões hidro-meteorológicas pelo Instituto Nacional de Meteorologia, em coordenação com a Direcção Nacional de Águas e considera quatro perigos principais: cheias, secas, ciclones e terremotos. Incluem um perfil dos distritos mais vulneráveis e as necessidades prioritárias. Com base nestes três cenários (seca, cheias e ciclones) identificados no Plano de Contingência, faz-se o pré-posicionamento de bens nas zonas mais vulneráveis e menos acessíveis. O mecanismo de aviso prévio é refinado e são realizadas simulações a nível nacional, regional e local, como um sinal para o lançamento da resposta aos desastres em Moçambique. O Plano de Contingência de-

.....
⁶ <http://data.worldbank.org/indicator/EN.CLC.DRSK.XQ/>

fine para cada província de Moçambique as acções que devem ser levadas a cabo em cada sector com vista a prevenir, mitigar, gerir e reduzir o impacto dos desastres mais previsíveis para as épocas chuvosa e ciclónica.

Este plano é preparado tomando em conta também o papel e o nível de envolvimento das comunidades vivendo em zonas propensas aos desastres que tiverem sido identificadas. Tarefas tais como a sensibilização, aviso prévio e a resposta local são partilhadas com uma Organização Baseada na Comunidade (OBC), que deve incluir os CLGRC em todas as comunidades.

- **Comités Locais de Gestão do Risco de Calamidades (CLGRC)** – Estes CLGRC são compostos por representantes das comunidades, em coordenação com o Delegado Local do INGC. Devem desempenhar um papel crucial nas acções a nível local a serem implementadas durante as várias fases de gestão de desastres. Os CLGRC são formados sob a supervisão do INGC, por pessoas vivendo na mesma comunidade que prestam os seus serviços de forma voluntária e estão interessadas na prevenção, mitigação e resposta aos desastres, e articulam com as Autoridades Locais e os líderes comunitários.



Membros do CLGRC reunidos em Morla (Namacurra)

De acordo com o manual usado para a formação dos CLGRC⁷, os membros deste órgão estão divididos em sete grupos e cada grupo é responsável pela realização de tarefas específicas atribuídas. Um coordenador apoiado por um adjunto coordena e supervisiona o cumprimento das tarefas atribuídas durante as emergências e articula com as Autoridades Locais. Os grupos são os seguintes:

- Escuta de rádio – 2 a 3 membros prestam atenção aos alertas ou outra informação relevante sobre desastres transmitidos através da rádio e partilham a informação com os outros componentes dos CLGRC;
- Aviso prévio - 2-3 membros são responsáveis pelo sistema de aviso prévio;
- Evacuação - 2-3 membros são responsáveis pela concentração da comunidade num local identificado e consequentemente para a sua evacuação em caso de alerta;

⁷ Guião de Formação Básica em Gestão do Risco de Desastres para os Comités Locais de Gestão do Risco de Calamidades.

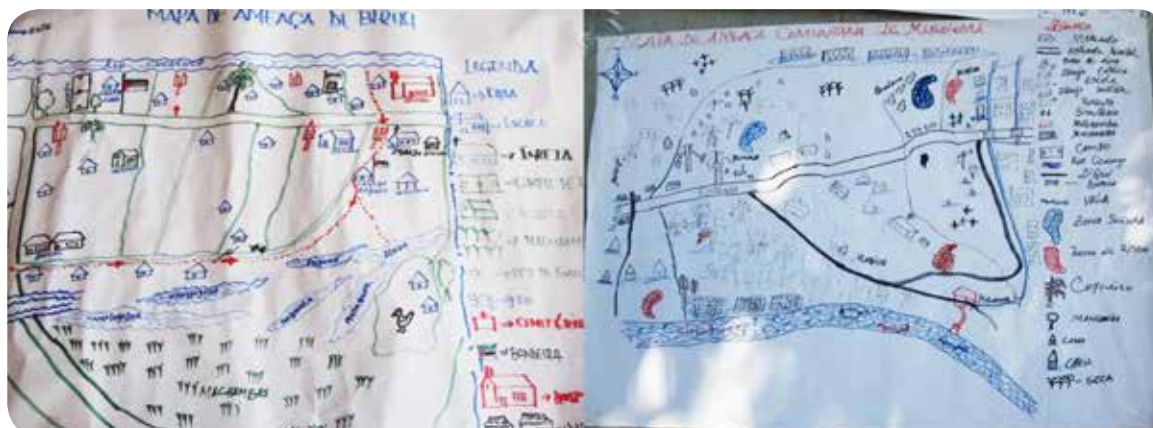
- Busca e Resgate - 2-3 pessoas têm a responsabilidade pela busca e eventualmente resgate das pessoas desaparecidas após a ocorrência de um desastre
- Avaliação de danos e necessidades - 2 membros são responsáveis pela avaliação das necessidades imediatas da comunidade afectada e os danos ocorridos e partilhar o relatório com as autoridades e o INGC.
- Abrigo - 2-3 membros têm a responsabilidade pelo abrigo das famílias deslocadas da comunidade (identificar edifícios dentro da aldeia que poderiam ser usados como Centro de Acomodação, gerir a acomodação das pessoas e fazer o seu registo, coordenar a construção de abrigos temporários adicionais).
- Kit de emergência - um membro é destacado para procurar, armazenar e posteriormente distribuir ferramentas e material (kit de emergência) para ser usado durante a fase de emergência.

Na Zambézia, vários CLGRC foram formados no passado, mas poucos são efectivamente funcionais e durante as cheias de 2013 não tiveram o desempenho que se espera deles. O INGC tenciona realizar cursos de reciclagem para os comités. Além do INGC, a CVM e outras Organizações Humanitárias (PNUD, GIZ, Concern, INWENT) estão actualmente a assumir o financiamento e a capacitação dos CLGRC noutras províncias, apoiando a criação desta rede noutros distritos propensos aos desastres.



Capa de uma manual de formação de CLGRC pelo INGC e pela CVM.

Os membros são treinados para identificarem e mitigarem os riscos existentes nas suas aldeias através da preparação de mapas dos perigos na sua zona.



Acima apresenta-se mapas de risco preparados pelos CLGRC de Berua (Namacurra) e Mugoloma (Maganja da Costa), que foram discutidos durante os seminários organizados como parte deste estudo.

4. Trabalho realizado no terreno

O trabalho de terreno foi realizado entre os dias 16 de Agosto e 6 de Setembro de 2013, em paralelo com uma revisão documental realizada à distância.

Todas as actividades descritas nesta secção foram coordenadas e facilitadas pela CVM, em parceria com a CVE em Moçambique. Em particular, o pessoal da CVM a nível do distrito acompanhou a equipa do trabalho realizado no terreno para as comunidades seleccionadas. Eles apresentaram-lhes à liderança local e fizeram todos os preparativos para implementar as ferramentas participativas.

4.1 Metodologia e Recolha de Dados

A metodologia adoptada para o trabalho realizado no terreno está estruturada em três passos descritos abaixo. Esta abordagem foi adaptada do documento intitulado “Assistência às famílias de acolhimento e às comunidades de acolhimento depois de crises e desastres naturais. Um guião passo-a-passo” da FICV:

PASSO 1 – Identificar e envolver as comunidades de acolhimento

O objectivo desta etapa inicial era de identificar as comunidades que estavam a acolher pessoas. Isto foi principalmente feito através de uma revisão documental dos relatórios de avaliação, bem como nas entrevistas com os informantes-chave.

PASSO 2 – Avaliar as vulnerabilidades, capacidades e recursos.

Através deste passo o tipo de acolhimento levado a cabo de forma espontânea pelas comunidades e/ou pelas famílias durante a emergência; a assistência externa prestada; as lacunas e oportunidades para apoiar as práticas de acolhimento foram investigadas principalmente usando as ferramentas de Diagnóstico Rural Participativo, nas três comunidades seleccionadas que foram visitadas.

PASSO 3 – Concordar sobre a Comunidade de Acolhimento e o Plano de Apoio às Pessoas Deslocadas.

O último seminário realizado a nível distrital (em cada um dos dois distritos visitados) tinha em vista avaliar até que ponto e de que forma as comunidades e as Autoridades Locais concordam com a inclusão das práticas de acolhimento como uma opção de abrigo dentro da agenda humanitária para a resposta aos desastres.

Uma gama de ferramentas participativas foi usada para colher informação primária e também para triangular as constatações e suposições preliminares. As ferramentas são as seguintes:

- **Entrevistas com informantes-chave:** Entrevista a uma combinação de funcionários do Governo e parceiros humanitários (Nações Unidas, Cruz Vermelha e ONGs) baseados em Maputo e no terreno. A lista final dos informantes-chave que foram entrevistados consta no anexo G.

Os temas principais abrangidos foram:

- As tendências e as formas de deslocamento da população afectada pelas cheias.
- Identificação de práticas formais e/ou informais de acolhimento nas recentes emergências.
- Envolvimento institucional nas actividades de resposta pós-desastre e de recuperação.
- Estratégias de resposta aos desastres naturais, com atenção particular às recentes cheias.
- Considerações de meios de vida durante as fases de emergência.
- Tipo de assistência de abrigo que foi prestada.
- Opinião sobre a possível inclusão de apoio às práticas de acolhimento no modelo de assistência a diferentes níveis: individual/familiar/comunitário.
- Impacto das intervenções de emergência em todas as comunidades afectadas.
- Abordagens de implementação usadas sobre princípios e padrões humanitários, questões de género e outras questões transversais.
- **Discussões em Grupos Focais** com os membros da comunidade que foram realizadas nas três comunidades visitadas, incluindo **entrevistas às famílias**. Uma reunião preliminar com os líderes da comunidade permitiram à equipa confirmar se houve práticas de acolhimento ou não. Em caso afirmativo, o Comité da Povoação seleccionou um grupo de dez famílias (cinco famílias acolhidas e as respectivas famílias de acolhimento) para serem entrevistadas nas suas respectivas comunidades. Ver os dois questionários constantes nos anexos D e E. O

objectivo das discussões em grupos focais era de registar as experiências sobre as comunidades de acolhimento, famílias de acolhimento e as pessoas que haviam ficado desalojadas durante as emergências passadas, bem como identificar as vulnerabilidades a serem abordadas para fazer face a futuras emergências, capacidades e recursos que poderiam ser integrados num plano eficaz de preparação para a província da Zambézia.



Discussão num grupo focal em Moguloma

Entrevista a uma família acolhida em Morla

• **Seminários finais a nível distrital** – Em cada distrito foi organizado um seminário nos Postos Administrativos das duas zonas visitadas: Furquia (Namacurra) e Nante (Maganja da Costa). Todos os actores envolvidos na resposta aos desastres a nível da aldeia, de sete diferentes comunidades, foram convidados: líderes locais, representantes de CLGRC, representantes das anteriores comunidades acolhidas e comunidades de acolhimento, professores nas aldeias e parteiras, pessoal da CVM no distrito e outros parceiros humanitários no distrito. Os seminários foram realizados em Furquia no dia 24 de Agosto, com a participação de representantes das comunidades de Manhala, Berua, Mugherege e Lugela. Posteriormente foram realizados no dia 29 de Agosto em Nante e contaram com a participação da comunidade de Morla, Monguloma e Monea.

O objectivo dos seminários era:

1. Triangular as constatações preliminares do diagnóstico rural participativo.
2. Definir a forma como envolver toda a comunidade nas práticas de acolhimento como uma opção para prestar assistência às famílias afectadas pelos desastres.
3. Identificar o apoio que seria necessário em caso de futuras emergências, como um modelo das opções de assistência em abrigo.
4. Definir critérios para a elegibilidade das famílias de acolhimento e as comunidades
5. Determinar como incluir as práticas de acolhimento nos planos locais de gestão de desastres.

Os resultados da discussão são resumidos na secção 4.0 sobre as observações e constatações.



Discussão sobre o plano de risco em Nante



O coordenador de um dos CLGRC intervém em Furquia

4.2 Selecção das comunidades para o estudo

As cheias que afectaram as aldeias dos distritos de Namacurra e Maganja da Costa são bastante semelhantes em termos de geografia e clima, meios de vida, demografia, habitação, infra-estruturas da comunidade e serviços. Para esta época, uma amostra de três comunidades foi considerada como sendo suficientemente representativa para extrapolar um conjunto de observações e constatações comuns.

Os critérios para a selecção das três comunidades a serem avaliadas foram os seguintes:

- comunidades fortemente afectadas pelas cheias de 2013
- probabilidade de ocorrência de práticas de acolhimento durante a emergência
- comunidades facilmente acessíveis a partir de Quelimane
- comunidades incluídas no projecto CVM/CVE DIPECHO

As comunidades que foram visitadas para este estudo foram Manhala no distrito de Namacurra e Morla e Mongoloma na Maganja da Costa.



4.3 Constrangimentos e Limitações

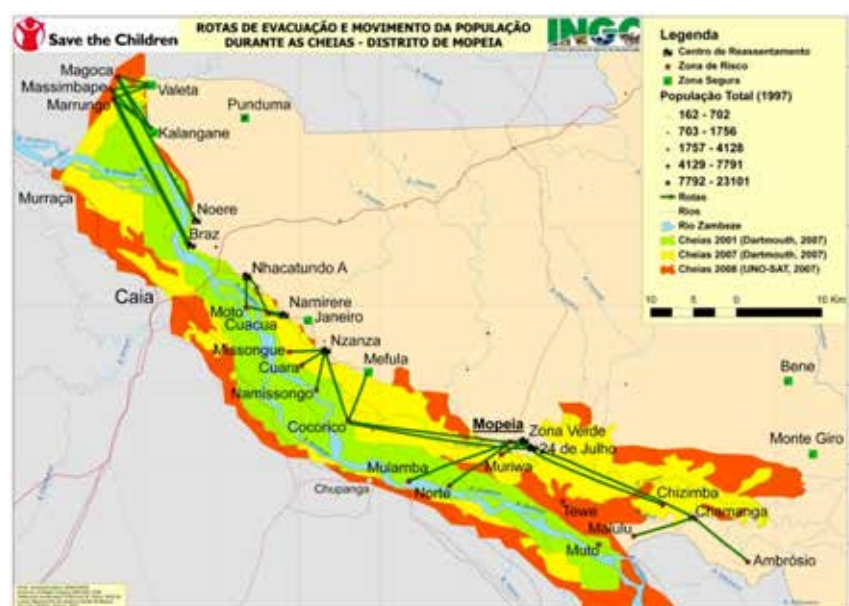
Devido à elevada rotação de pessoal, a equipa de terreno não conseguiu entrevistar vários informantes inicialmente identificados, uma vez que já não estavam no local ou não estavam disponíveis. A lista dos principais informantes que foram, de facto, entrevistados consta no Anexo G.

A identificação de comunidades de acolhimento, bem como as famílias de solidariedade foi bastante difícil. Um grande desafio que a equipa de terreno enfrentou foi a identificação das pessoas que deviam ser entrevistadas, como resultado da ausência total de quaisquer figuras e factos documentados sobre as práticas de acolhimento em Moçambique. A metodologia adoptada foi de seguir a deslocação das pessoas das suas zonas de origem para os centros de acomodação onde receberam assistência e depois procurar comunidades ao longo das rotas de deslocação, onde um acolhimento espontâneo poderia ter ocorrido.

Para alcançar esse objectivo, era necessário analisar três mapas:

1. o mapa de perigos na Zambézia (com atenção particular às cheias);
2. o mapa de deslocação em Namacurra e Maganja da Costa (para e das zonas seguras);
3. e o mapa das recentes cheias ocorridas em Namacurra e Maganja da Costa (visualizando o tempo da redução do nível da água).

Infelizmente todos os mapas produzidos pelas instituições do Governo e Organizações Humanitárias geralmente não abrangiam Namacurra e Maganja da Costa, provando a necessidade de investir recursos neste tipo de exercícios, visando a elaboração de planos de contingência e de preparação eficazes para Zambézia, independentemente do tipo de assistência prestada à população afectada.



O mapa acima foi extraído de um estudo realizado pela Save the Children no distrito de Mopeia e mostra as rotas de evacuação e a deslocação das pessoas durante as cheias de 2013.

5. Observações e Constatações

Esta secção descreve o perfil socioeconómico das comunidades abrangidas por este estudo, com uma breve descrição do tipo comum de habitação encontrada na Zambézia.

Também explica todo o “ciclo” de apoio de abrigo prestado às famílias afectadas depois do desastre: das práticas espontâneas de acolhimento para a ajuda humanitária prestada pelo Governo dentro dos centros de acomodação. Oferece uma categorização das práticas de acolhimento identificadas.

Finalmente, analisa o papel do Governo na centralização da prestação de ajuda. A secção 4.6 apresenta uma série de constatações que respondem às perguntas alistadas no início deste relatório.

5.1 Perfil das Comunidades de Acolhimento

Os distritos de Namacurra e Maganja da Costa estão localizados na região central e costeira da Zambézia.

Estes distritos são dominados pelo sistema de planícies de inundação do Rio Licungo e os seus afluentes. Esta orografia determina a zona de meios de vida⁸, onde a agricultura – principalmente a cultura do arroz nas margens do rio – é o principal meio de vida das suas comunidades.

A zona de Namacurra e Maganja da Costa ao longo do Rio Licungo é uma das mais férteis para a prática da actividade agrícola em Moçambique. Nesta faixa, a maior parte dos agregados familiares combina três tipos de culturas: uma machamba (um canteiro geralmente é de 1 hectare) de produção do arroz nas margens dos rios (*zona baixa*) que é complementada por duas machambas de culturas dependentes da chuva nas zonas altas, maioritariamente as culturas do milho, mandioca, batata-doce e feijões. Entre estes dois, uma colheita agrícola subsidiária provém da cultura de hortícolas mediante a redução do nível da água nas margens dos rios.

O arroz é a melhor cultura em termos de rendimento familiar, embora outros produtos tais como as hortícolas produzidas nas margens dos rios que são férteis sejam altamente valorizadas. A produção nas zonas altas é maioritariamente consumida pela família, o que sobra é vendido no mercado local.

Uma outra fonte complementar de rendimento é a prática da pesca, para a qual o principal período de obtenção de rendimento é entre Janeiro e Abril, quando as águas dos rios tendem a estar nos níveis mais elevados.

O que determina a riqueza de uma família é o tamanho do espaço de terra cultivada e os animais que possui: as famílias mais pobres tipicamente são as que cultivam menos do que três hectares de terra e raramente possuem os seus próprios animais, enquanto as famílias prestigiadas são as que cultivam de três a cinco hectares e também possuem alguns cabritos.

A produtividade agrícola é muito baixa. Embora não haja escassez de terra, a falta de recursos financeiros para investir no equipamento/insumos agrícolas e/ou mão-de-obra para cultivar a terra condena estes agricultores a sobreviverem ao nível da subsistência. Num ano normal, as famílias podem satisfazer as suas necessidades básicas em termos de alimentos e bens não alimentares mas permanecem muito vulneráveis aos perigos que afectam a sua linha de produção alimentar.

Ao longo da faixa do rio Licungo, a frágil segurança económica das famílias⁹ é continuamente agravada pelas graves e recorrentes cheias.

O alto nível de fertilidade dos solos ao longo das margens do rio atraíram muitos pequenos agricultores da comunidade que se reassentou na margem do rio Licungo mais próximo da sua principal machamba na altura das inundações era “previsível” e bastante ocasional.

Enquanto a água do rio aumente de forma significativa todos os anos – atingindo o pico entre Janeiro e Março – nos últimos anos o nível da água aumentou muito mais do que habitualmente, inundando grande partes das zonas baixas¹⁰. Quando isto acontece, os agricultores perdem as suas culturas de arroz e as casas localizadas nas margens dos rios, que são devastadas. Esta

.....
⁸ Uma zona geográfica na qual os agregados familiares partilham amplamente os mesmos padrões de alimentos e rendimento (i.e. podem produzir as mesmas culturas alimentares) e têm o mesmo acesso aos mercados.

⁹ Condição de uma pessoa ou de uma comunidade que é capaz de satisfazer de uma forma sustentável as suas necessidades básicas (económicas), incluindo alimentos e despesas inevitáveis, de acordo com os padrões culturais.

¹⁰ As comunidades que se estabeleceram ao longo do rio Licungo sofreram pelas graves cheias de 2001, 2002, 2003, 2007, 2012 e 2013.

inundação também causa a deslocação imediata das famílias vivendo ao longo das margens dos rios para as zonas altas dentro da mesma comunidade, e ultimamente para os centros de acomodação dirigidos pelo Governo. O Governo através do INGC presta assistência humanitária através de um único canal oficial e as famílias afectadas geralmente não enfrentam problemas de insegurança alimentar durante a fase de emergência.

Depois das grandes cheias de 2000, o Governo iniciou um programa de reassentamento das comunidades vivendo em zonas de alto risco. Contudo, as famílias são relutantes em viver nas zonas alocadas, uma vez que geralmente estão localizadas demasiado longe das suas terras agrícolas.

Ao nível da aldeia a terra pertence à comunidade, sendo os líderes locais as entidades que garantem que cada família receba terra agrícola adequada. Enquanto o Estado mantém a sua função de proprietária da terra, o único direito que é legalmente reconhecido é o direito de uso e aproveitamento da terra. Os direitos consuetudinários existentes ou de uso pelos pequenos agricultores, adquiridos através da ocupação histórica ou ocupação de boa fé, podem ser formalizados num título formal de posse de terra, mas não tem que ser registada para garantir a protecção jurídica total. O registo de novos direitos é obrigatório. O processo de atribuição de títulos de um DUAT requer uma consulta obrigatória junto às comunidades locais para confirmar se na verdade a terra solicitada está “livre” para um “investidor” usá-la. As terras agrícolas que são atribuídas podem ser transferidas de um pai para os seus filhos. O mesmo esquema funciona para o talhão onde se constrói a casa. Novos casais obtêm as suas terras (para a prática da actividade agrícola e para habitação), da sua família ou do líder comunitário em caso de necessidade.

A qualidade de habitação é bastante fraca. A técnica de construção mais comum é a ‘técnica de pau a pique’ (paredes de lama com uma estrutura de bambu) e telhado de palha. As poucas casas feitas de bloco ainda existentes à volta são edifícios da era colonial.

A única tipologia encontrada é a de palhotas de um ou dois compartimentos (4x4 metros), construída numa base de terra elevada e compactada, com uma estrutura de bambu que tem acabamento de reboco de lama. A cobertura é de folhas de palmeira.

Um compartimento é usado como armazém e quarto para as crianças e o outro é para os adultos. As casas visitadas não tinham mobiliário e as esteiras eram usadas para dormir no chão. A zona reservada para a preparação de refeições era na varanda ou fora do terreno adjacente.

Todas as casas visitadas não possuíam saneamento adequado: apenas uma latrina de fossa muito básica era frequentemente encontrada nos talhões das casas. O rio é usado para o banho. Toda a aldeia não tem água canalizada, nem electricidade.

A principal estrada que se torna bastante lamacenta durante a época chuvosa, está ao longo



das duas margens dos rios e liga as aldeias com os seus respectivos centros administrativos de Furquia e Nante. Poucas famílias possuem uma motorizada, a maior parte das pessoas (principalmente os homens) usam bicicletas e as mulheres andam a pé. Das povoações para os postos administrativos levam cerca de 4 a 5 horas a pé para chegar.

As infra-estruturas dos mercados nestes dois distritos são bastante básicas: apenas uma gama muito limitada de produtos geralmente produzidos localmente podem ser encontrados nos pequenos mercados nas povoações; os principais mercados são geralmente abertos aos sábados em Furquia e Nante.

Existem ferragens em Namacurra e Maganja, as capitais dos distritos. Materiais comuns de construção não estão disponíveis no mercado local, o que força a escolha do tipo de construção principalmente com materiais colhidos e blocos de lama (fotografia abaixo). As vigas e as portas são fabricadas localmente.



Alguns sacos de cimento e chapas de zinco foram vistos na única loja existente em Morla e nas zonas circunvizinhas. O cimento é usado em pequena percentagem na lama para rebocar as paredes das casas para melhorar a impermeabilização.



Nas aldeias onde foi realizado o estudo, os únicos edifícios públicos eram as escolas primárias compostas por 3 a 4 salas de aulas construídas usando a técnica acima descrita “técnica de pau a pique” e talhado de palha. Não existe água nem latrinas. Três ou quatro professores dão aulas a todos os alunos seguindo um sistema de rotação de salas de aulas.



A escola primária em Morla

Geralmente as escolas são usadas para todas as actividades da comunidade, incluindo o abrigo inicial durante as emergências.

Não existem unidades sanitárias disponíveis ao nível da povoação. As pessoas devem deslocar-se ao Posto Administrativo e à capital distrital para obterem cuidados primários. As famílias usam medicamentos tradicionais para tratar patologias menores.

Nas aldeias onde foi realizado o estudo, a religião predominante é a Muçulmana, embora haja grupos significativos de Católicos, Evangelistas e outras pequenas religiões. Os líderes religiosos fazem parte dos conselhos comunitários e não foram registados conflitos no seio dos diferentes grupos religiosos na mesma aldeia. Algumas das igrejas e mesquitas que foram visitadas apresentam uma melhor qualidade em termos de construção (paredes de blocos e rebocadas e telhado de chapas de zinco) e também são usadas para complementar a primeira assistência de abrigo para as famílias deslocadas durante as emergências. A maior parte da população vivendo nos distritos de Namacurra e Maganja da Costa pertence ao grupo étnico Lomwè, outros são Chuabos e Macuas. A língua mais comum é o Elomwe (em Namacurra, 70% - Maganja da Costa, 81% da população)¹¹.



A igreja em Morla

5.2 Práticas de Acolhimento Após a Ocorrência de Cheias

As chuvas intensas que duraram mais de uma semana em 2013 aumentaram consideravelmente o nível higrométrico do rio Licungo. Apesar de vários alertas lançados pelo INGC às pessoas vivendo nas zonas de alto risco ao longo das margens do rio, não abandonaram as suas casas até que as águas

“Quando a água chegou, eu coloquei alguns alimentos secos na minha pasta que havia armazenado na minha casa, enquanto a minha esposa recolhia a roupa e com os nossos filhos fugimos logo que o rio cortou a estrada para a igreja.” (Uma pessoa afectada pelas cheias em Morla).

.....
¹¹ Perfis distritais de Namacurra e Maganja da Costa – Ministério da Administração Estatal - 2005

Dezanove famílias de um total de 589 vivendo em Manhala (Namacurra) saíram das suas casas nas zonas baixas para as zonas altas dentro da mesma comunidade. Em Morla (Maganja da Costa) pessoas desalojadas que representavam 18% da comunidade (180 das 980) e em Mongoloma, a percentagem das famílias afectadas era maior, 30% da comunidade (220 das 730).

As famílias desalojadas foram abrigadas em edifícios públicos mais próximos disponíveis tais como escolas, igrejas, mesquitas ou alguns edifícios coloniais antigos abandonados.

Às vezes a capacidade destes edifícios públicos não era suficiente para acomodar a toda a gente. Portanto, os que não puderam encontrar espaço nos edifícios públicos “bateram as portas” de casas próximas, onde encontraram abrigo.

A partir daí, algumas famílias passaram para casas de familiares vivendo em zonas altas, que os providenciaram acomodação temporária nas suas casas.

Todas estas pessoas deslocadas e os três tipos de acordos de acolhimento descritos tiveram lugar dentro da mesma aldeia, da zona baixa - margens dos rios – para a zona alta, e dentro da mesma comunidade. Estes acordos de acolhimento duraram de 72 horas até dez dias. Durante estes primeiros dias as pessoas desalojadas andaram de um lugar para o outro tomando conta das suas casas danificadas e protegendo os seus bens.

No passado, estas comunidades costumavam lidar com cheias de pequena magnitude ao nível da aldeia uma vez que são ciclicamente propensas às cheias causadas pelo rio. Durante tais eventos as famílias afectadas costumavam sair das suas casas para a escola, igreja ou mesquita durante alguns dias até que a água baixasse.

Todas as famílias de acolhimento que foram entrevistadas partilharam o seu espaço interno (geralmente o quarto das crianças) e a varanda da casa (dependendo da disponibilidade de espaço) para abrigar as pessoas desalojadas. Portanto, as pessoas permaneceram durante horas na varanda enquanto continuava a chover.

Este tipo de apoio durante os primeiros dias da emergência era apenas um acto de solidariedade para com os bens de uma família para a mesma comunidade e o entrevistador foi informado que nenhum tipo de compensação foi dado em volta por tal apoio.

Por outro lado, havia pouco para comer e a maior parte das pessoas alimentou-se de coco que podia obter dos coqueiros.

Entre 24 e 72 horas depois do desalojamento e como parte da estratégia de resposta do governo, o INGC activou vários Centros de Acomodação em zonas acessíveis e seguras previamente identificadas como parte do Plano de Contingência do INGC.

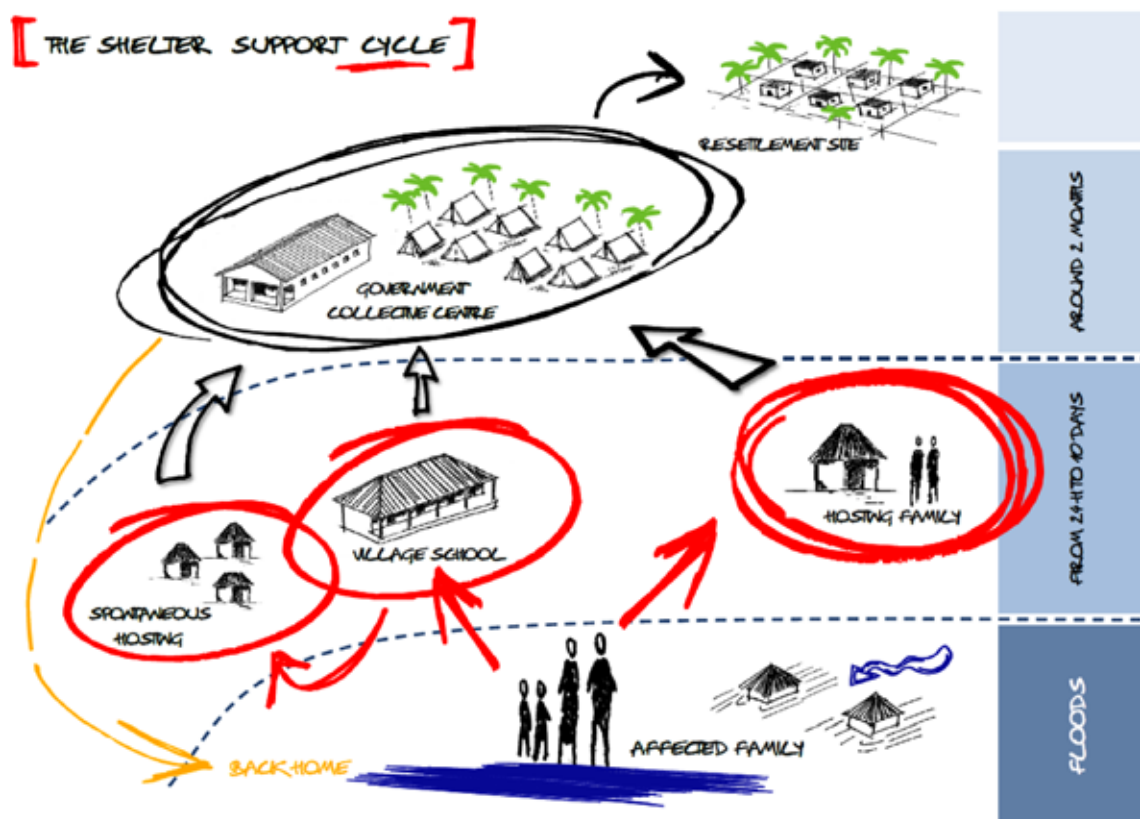
As zonas inundadas eram bastante extensas e as vias de acesso (estradas) estavam inundadas: a maior parte das comunidades permaneceu isolada. Como era difícil chegar às zonas afectadas através de camiões ou viaturas 4x4 as equipas de resgate do Governo (UNAPROC) usaram pequenos barcos a motor e helicópteros para evacuar a população isolada das zonas inundadas.

As pessoas resgatadas foram directamente aos centros de acomodação onde o resto da população afectada foi instruído pelos funcionários do governo para se dirigir aos centros de acomodação que haviam sido indicados e as pessoas usaram os seus próprios meios (caminhar). Dentro dos centros de acomodação as famílias afectadas receberam abrigo (no espaço coberto disponível no edifício ou na tenda erguida no recinto), alimentos e bens não alimenta-

res. Alguns centros de acomodação estavam próximos de outras instalações importantes, tais como postos de saúde no distrito e para facilitar questões logísticas em termos de distribuição de ajuda. Todos os locais estavam localizados longe das zonas afectadas, como por exemplo, o centro de acomodação indicado para uma das comunidades visitadas, que estava a cerca de 40 km das suas casas.

No Distrito de Namacurra, onze centros de acomodação foram criados pelo INGC nas escolas, mesquitas e igrejas em Furquia e nas zonas circunvizinhas. Na Maganja da Costa, dois centros de acomodação foram criados em Nante - Sopa e Entabo.

Qualquer assistência e bens de socorro distribuídos foram apenas entregues às famílias registadas que estavam nos centros de acomodação. Como consequência desta estratégia, todas as outras pessoas que não se dirigiram aos centros, passaram para o centro de acomodação mais próximo para obter assistência, incluindo pessoas que estavam nas famílias de acolhimento. Esta foi a razão que foi partilhada com o entrevistador porque as famílias desalojadas haviam sido acolhidas dentro de um período não superior a 10 dias.



O diagrama acima mostra duas etapas separadas para a provisão de abrigo às famílias afectadas, que determina as seguintes opções de abrigo para as pessoas desalojadas:

Depois das cheias, as seguintes soluções de abrigo foram adoptadas pelas pessoas desalojadas:

- Permanecer em edifícios na comunidade (a maior parte sendo escolas, igrejas e mesquitas).

- Permanecer em casas próximas dos edifícios na comunidade, sempre que os últimos não tivessem capacidade suficiente.
- Permanecer com familiares.
- Depois das primeiras 72 horas após o desastre, a assistência em abrigo foi providenciada pelo governo nos centros de acomodação. Não foram identificados outros acordos de acolhimento durante esta segunda fase.

Os centros de acomodação são considerados transitórios para rapidamente retirar as pessoas para os centros de reassentamento, de acordo com o plano do Governo. As pessoas afectadas são atribuídas um novo talhão e são convidadas para passar para lá a partir do centro de acomodação.

Durante a última emergência, os centros de acomodação foram abertos e funcionaram durante o período de duração da fase de emergência, menos de dois meses, e depois foram devolvidos para o seu uso propósito.

Os programas de recuperação que apoiaram o processo de reassentamento acabavam de começar na altura de elaboração do documento e o reassentamento poderia durar mais tempo do que o planificado: a maior parte das famílias regressou para as suas zonas de origem nas zonas de alto risco na ausência de alternativas economicamente viáveis. A discussão entre o Governo e as Organizações Humanitárias sobre a planificação e financiamento sustentável para apoiar o reassentamento está em curso.

5.3 Apoio externo prestado às práticas de acolhimento

Embora o Governo e os actores humanitários estivessem cientes da existência de famílias de acolhimento apoiando informalmente acções de resposta aos desastres, não foi prestada nenhuma assistência às famílias de solidariedade.

Não foi realizado nenhum levantamento com enfoque para as famílias de acolhimento por nenhuma organização internacional, nem pelo Governo. Não foram encontrados nenhuns dados ou informação específica sobre as famílias de acolhimento (número, localização, necessidades, etc.) nos documentos que foram analisados em relação às emergências ocorridas no passado em Moçambique. Apenas alguns relatórios realmente fizeram menção ao acolhimento familiar.

O 'Relatório Nº 2 da Equipa de FACT na área de Abrigo, referente a 2012 – Província da Zambézia' indica o seguinte: "todas as comunidades visitadas mostraram uma boa resiliência ajudando-se mutuamente – quase todas as famílias desalojadas encontraram abrigo junto das famílias de acolhimento nas proximidades".

O primeiro relatório da situação da UNRCO (Janeiro de 2013) indica que: "tendo em conta que as missões de avaliação ainda estão em curso e algumas pessoas afectadas estão a ser acomodadas nas famílias de acolhimento, o número de pessoas afectadas pode flutuar."

5.4 Lacunas, oportunidades e vantagens no apoio às práticas de acolhimento

Durante os primeiros dias, imediatamente depois do desastre e até que as famílias afectadas chegassem aos seus respectivos centros de acomodação para serem apoiadas pelas organizações humanitárias, as redes de segurança da comunidade fizeram tudo o que estivesse a seu alcance para acolher os seus familiares e vizinhos. Contudo, este apoio espontâneo não era suficiente para satisfazer todas as necessidades. Em termos gerais, a escassez de alimentos era a principal preocupação, uma vez que as quantidades de alimentos secos que as famílias de acolhimento tinham disponível não eram suficientes quando partilhados com as pessoas recém-chegadas. As pessoas que encontraram abrigo dentro dos edifícios na comunidade, pareciam estar preocupadas em salvar tudo o que pudessem das suas casas, embora os entrevistadores tivessem sido informados que a rede de famílias religiosas prestou algum apoio aos seus seguidores.

A pequena área abrangida nas casas tradicionais limitava-se ao espaço disponível que poderia ser partilhado com as pessoas desalojadas. Geralmente todas as crianças encontravam espaço no primeiro compartimento da casa. A varanda foi reservada para ser usada pelos adultos. A disponibilidade de espaço limitado para abrigar de forma adequada as pessoas desalojadas é também encontrada em edifícios públicos. Durante as últimas emergências, a opção de erguer abrigos temporários nos quintais à volta dos edifícios públicos e nos talhões das famílias de acolhimento foi apresentada e discutida. Tendo em conta que material apropriado não estava disponível dentro da comunidade, uma construção rápida de abrigos temporários adicionais não era possível (as folhas de palmeiras requerem algum tempo). A provisão de kits de abrigo ou mesmo apenas lonas (preliminarmente fornecidos aos CLGRC como stock de abrigo de emergência) iria provar ser bastante útil para uma melhor resposta em abrigo ao nível da aldeia.

Os líderes locais e os membros dos comités ficaram bastante agradecidos, durante os seminários organizados como parte do inquérito no terreno, pela contribuição das suas comunidades na provisão de abrigo às famílias desalojadas durante a primeira fase de emergência.

O plano de resposta à emergência preparado por cada CLGRC para a sua própria comunidade poderia ser facilmente integrado com o apoio das famílias de solidariedade, também porque tornou-se evidente em emergências anteriores que os edifícios públicos existentes não podiam abrigar todas as pessoas necessitadas. As tarefas adicionais para o grupo de abrigo do CLGCR seriam:

1. categorizar os edifícios públicos mencionando o número de famílias que cada uma delas pode abrigar de forma adequada,
2. avaliar as potenciais famílias de acolhimento vivendo nas zonas altas na aldeia com ligações com as famílias vivendo nas zonas baixas propensas às cheias.

Dados consolidados seriam um apoio fundamental para o CLGCR desenvolver um plano de contingência de abrigo ao nível da aldeia, incluindo o número estimado de kits de abrigo ou pelo menos uma quantidade de lonas necessárias a serem disponibilizadas pelo CLGCR, para satisfazer as necessidades das pessoas desalojadas durante situações de emergência, quer seja nos centros de acomodação ou junto das famílias.

5.5 Acordos de acolhimento: comparação entre as províncias da Zambézia e Gaza

A equipa de terreno fez uma visita de um dia em Gaza, uma outra província também fortemente afectada pelas cheias em Janeiro de 2013, com o objectivo de analisar as práticas de acolhimento numa situação diferente de emergência, um contexto urbano e comparando as constatações com a província da Zambézia. Embora o que foi constatado não seja de nenhuma forma suficiente para provar nenhuma prática de acolhimento informal bem-sucedida, ao viajar durante apenas algumas horas em Macia e Chókwe, o que foi constatado da observação directa e pessoas entrevistadas mostrou diferenças interessantes, quando comparado com as constatações da Zambézia.

Vale a pena investigar mais a estratégia de resposta adoptada na Macia para melhor compreender o que aconteceu em Gaza, o que poderia provar ser útil para integrar cenários urbanos específicos em futuros planos de contingência.

Em Janeiro de 2013, toda a população da cidade de Chókwe foi evacuada e os seus habitantes passaram para a cidade mais próxima da Macia onde o Governo prestou assistência em abrigo nos centros de acomodação. Tendo em conta que o tamanho do influxo das pessoas deslocadas não era de fácil gestão com apenas aquele tipo de resposta, as instituições locais foram alertadas e incumbidas a tarefa de explorar soluções alternativas em termos de abrigo para acomodar a população afectada. O COE local envolveu os líderes da comunidade no subúrbio (chefe de bairro) na resposta e solicitou-os a começar a procurar casas desocupadas para serem usadas temporariamente para acolher os deslocados, e também para procurar famílias que poderiam acolher alguns deslocados.

A família que nós entrevistamos na Macia informou-nos que acolheu uma família de amigos de Chókwe durante três meses de emergência na sua zona apenas como um gesto de solidariedade. Foi a segunda vez que isso aconteceu, uma vez que a mesma família foi acolhida em 2000 durante as cheias de grande magnitude. Eles confirmaram que não lhes foi prestado nenhum apoio específico durante os três meses de co-habitação. A assistência à população afectada em Gaza era apenas prestada às pessoas registadas e que permaneciam nos centros de acomodação, tal como em qualquer outro lugar no país.

Os acordos de acolhimento na Zambézia tiveram lugar dentro da mesma comunidade e espontaneamente, uma vez que não era proporcionada nenhuma outra opção de abrigo ou não estava disponível nessa altura. Geralmente a escassez de meios forçou as famílias a passar para os centros de acomodação para receber assistência do Governo. Ademais, o contexto rural também permitiu a possibilidade de construir abrigos temporários nas zonas circunvizinhas dos Centros de Acomodação, para acomodar a população deslocada (ver figura no anexo B), que foi a opção preferida do Governo para centralizar a distribuição de ajuda.

Em Gaza, a mesma assistência centralizada teve lugar dentro de uma cidade, com espaço limitado disponível para acomodar toda a população afectada. Esta situação parece que obrigou a população deslocada a encontrar opções alternativas de abrigo dentro das famílias de acolhimento. A “Experiência da Macia” pode ser usada como referência para provar que os acordos de acolhimento podem complementar de forma bem-sucedida a assistência prestada pelo Governo durante a resposta à emergência em contextos urbanos.

5.6 Constatações

Q.1.1. - Durante a última emergência de cheias ocorridas em Namacurra e Maganja da Costa, houve famílias afectadas desalojadas que foram acolhidas por outras famílias que tiveram um lugar seguro para permanecer?

Q.1.2 – Era a primeira vez que isso acontecia, ou o acolhimento é uma prática comum no seio dessas comunidades?

- Os acordos de acolhimento existem dentro das comunidades rurais de Namacurra e Maganja da Costa em caso de cheias. Isto foi limitado aos primeiros dias depois do desastre para satisfazer as necessidades imediatas em termos de abrigo, e antes da assistência humanitária do Governo ser providenciado.
- Algumas famílias afectadas pelas cheias foram acolhidas em casas dos seus familiares localizadas em zonas altas, onde as restantes famílias passaram para as infra-estruturas da comunidade tais como escolas, igrejas e mesquitas; os que não conseguiram encontrar acomodação dentro dos edifícios, encontraram abrigo temporário na varanda em casas situadas nas proximidades.
- Os acordos de acolhimento aconteceram espontaneamente dentro da mesma comunidade, maioritariamente entre os familiares. Não foi identificada na Zambézia nenhuma prática de acolhimento entre diferentes comunidades. Contudo, o nosso inquérito foi limitado a dois distritos.
- A percentagem de pessoas vivendo nas zonas propensas às cheias (zonas baixas), pode variar muito de uma comunidade para a outra. Por exemplo, nas três comunidades onde foi realizado o inquérito variava de 3% a 18%, até 30%. Isto indica que a capacidade para satisfazer as necessidades em termos de abrigo das pessoas desalojadas pode diferir muito de uma comunidade para a outra. No caso de Manhala (Namacurra), por exemplo, a escola existente da aldeia não podia satisfazer todas as necessidades em termos de abrigo. Responder às necessidades de abrigo de emergência de um terço da população era um grande desafio.
- No passado, estas comunidades tinham que lidar com situações de cheias de pequena magnitude ao nível da aldeia. As zonas baixas eram sempre ciclicamente inundadas. Quando isso ocorreu as famílias afectadas saíram das suas casas para as casas de familiares ou amigos vivendo em zonas altas, ou perto da escola da aldeia durante alguns dias até que a água baixasse.

Q.2.1- As pessoas receberam assistência (de qualquer tipo) do Governo e/ou Organizações de Ajuda Humanitária durante este período de acolhimento?

Q.2.2 – A assistência foi adequada e apoiou os acordos de acolhimento de forma eficaz, para que esses acordos de acolhimento permanecessem sustentáveis?

- O INGC é a única entidade responsável pela coordenação e assistência directa à população afectada durante a resposta à emergência. O INGC não considerou a assistência a quaisquer

outros acordos de acolhimento do que os centros de acomodação constantes no seu plano de resposta à emergência. Todas as pessoas desalojadas devido às cheias eram elegíveis à assistência em abrigo e a distribuição de ajuda apenas se fossem aos centros de acomodação e se registassem nesses centros.

- Os membros da Equipa Nacional Humanitária (HCT) geralmente não estavam cientes da existência de soluções alternativas de abrigo, tais como as famílias de solidariedade. Portanto, nenhum apoio específico para tais soluções foi discutido ao nível das reuniões de Coordenação com o Governo (CTGCN, Cluster de Abrigo, COE), nem nos grupos de trabalho criados.
- A estratégia de assistência que o INGC implementou durante a resposta à emergência centraliza todas as distribuições de ajuda nos centros de acomodação. O factor determinante que deriva desta prática colocou as pessoas desalojadas em risco, uma vez que às vezes tinham que percorrer distâncias à pé durante 2-3 dias, subestimando potencialmente os mais vulneráveis, tais como pessoas doentes e pessoas portadoras de deficiência, por exemplo. Parece que a mesma razão para chegar aos centros de acomodação para a maior parte das pessoas era a necessidade imediata em termos de alimentos e depois beneficiar também de outro tipo de apoio em bens não alimentares, que eram distribuídos apenas naqueles locais. Estar abrigados nos centros de acomodação não era considerado sempre a razão principal para abandonar os seus primeiros portos de escala. Contudo, as distâncias percorridas frequentemente faziam com que as pessoas decidissem permanecer.

Se nenhum tipo de assistência fosse providenciado,

Q.3.1 – Como é que as famílias lidaram com tais acordos informais de acolhimento e quanto tempo as famílias afectadas permaneceram acolhidas?

Q.3.2 – Que tipo de apoio pode ser providenciado para satisfazer as necessidades das famílias acolhidas e as famílias de acolhimento (família de solidariedade) e tornar os acordos de acolhimento mais sustentáveis?

- Toda a comunidade incluindo as famílias de acolhimento não poderia prestar assistência adequada à população afectada: *“os alimentos constituíam um problema para todos, nós sobrevivemos graças aos cocos, o único alimento disponível na altura”*, afirmou um líder comunitário. O alimento é a principal preocupação e em caso de ocorrência de cheias, toda a comunidade é afectada, uma vez que os alimentos resgatados deviam ser partilhados com todas as pessoas.
- Tal como já foi mencionado acima, os acordos de acolhimento estavam limitados aos primeiros dias depois das cheias. Posteriormente, as pessoas desalojadas passaram para os centros de acomodação. Parece que a principal razão porque essas famílias afectadas que foram acolhidas dentro da sua aldeia passaram para o centro de acomodação criado (às vezes viajando durante dois ou três dias) era de obter a única oportunidade de receber alimentos e outros bens não alimentares.
- Depois da falta de alimentos, a falta de abrigo adequado, a garantia de privacidade e dignidade para todos os membros da família forçou as famílias afectadas a abandonar as aldeias

em direcção aos centros de acomodação. Eles foram deixados sem quaisquer outras opções para lidar com o impacto do desastre nas suas vidas.

- A casa tradicional é geralmente de 16 metros quadrados no máximo e não há espaço suficiente para acomodar de forma adequada todos os membros da família de solidariedade. A possibilidade de erguer um abrigo temporário no talhão adjacente através da provisão de abrigo ou pelo menos lonas poderia ter melhorado os padrões de vida, aumentando a área coberta. As estacas de bambu são localmente disponíveis para a estrutura.
- Há espaço para melhorar o apoio da comunidade através dos CLGCR, e garantir emergência adequada de abrigo para as famílias desalojadas durante as primeiras horas/dias após a ocorrência de cheias. Os CLGRC devem identificar antes do desastre e estabelecer ligação com as pessoas vulneráveis e que vivem nas zonas de alto risco, um lugar para permanecer em caso de necessidade. Caso as infra-estruturas da comunidade e/ou casas privadas não sejam suficientes para providenciar abrigo adequado para todas as pessoas potencialmente desalojadas, recursos adicionais devem ser encontrados, tais como lonas ou soluções mais duradoiras, tais como varandas em casa de uma família de acolhimento, o que pode ser implementado através da participação.
- Geralmente chega-se a um acordo com todos os entrevistados que ser acolhido na sua própria aldeia ao invés de passar para os centros de acomodação tem muitas vantagens em termos de recuperação dos meios de vida, segurança e bem-estar psicossocial. Permanecer com as suas próprias comunidades permite às famílias continuar a desenvolver as suas actividades agrícolas (x tamanho da terra), localizadas nas zonas altas e começar a recuperar as que tiverem sido inundadas, bem como cuidar das suas próprias propriedades e estar num ambiente mais seguro e mais amigável próximo dos seus familiares, vizinhos e sistemas de redes de segurança.

Além disso, para reconhecer o nível de interesse das instituições relevantes do Governo e das Organizações Humanitárias (incluindo a Cruz Vermelha de Moçambique) sobre a inclusão da resposta das famílias de acolhimento na agenda política para a gestão da preparação e resposta às emergências, depois da ocorrência de um desastre natural em Moçambique:

Q.4.1 – Existem intervenientes humanitários relevantes (funcionários do Governo, trabalhadores da Cruz Vermelha de Moçambique e outras Organizações Humanitárias que operam em Moçambique) suficientemente familiarizados com o acolhimento como uma opção para a resposta no sector de abrigo?

Q.4.2 – Existem instituições relevantes do Governo interessadas em considerar a assistência em acordos de acolhimento e incluir isso no plano de contingência para futuras emergências?

Q.4.2 – As Autoridades Locais, os Comitês nas Aldeias e os Líderes Tradicionais podem ser envolvidos na assistência espontânea às práticas de acolhimento como uma opção de abrigo eficaz para a resposta à emergência ao nível da aldeia?

- A equipa observou que a maior parte das pessoas entrevistadas, especialmente os funcionários do Governo ou o pessoal local humanitário (incluindo os trabalhadores da CVM), tinham conhecimentos limitados de assistência às famílias de acolhimento e como realizá-la numa perspectiva de resposta à emergência.
- Contudo, em todas as discussões que tiveram lugar com representantes do Governo, eles demonstraram interesse em melhorar a sua compreensão sobre esta modalidade e como integrá-la na agenda de assistência humanitária e como parte do plano anual de contingência.
- Os seminários realizados nos dois distritos constituíram uma oportunidade para fazer com que as instituições locais, líderes tradicionais e os membros dos CLGCR estivessem a par do acolhimento como uma prática espontânea que deve ser apoiada formalmente e reconhecer tais acordos como uma solução de abrigo de custo – eficácia, depois das cheias.
- As práticas de acolhimento levadas a cabo depois das cheias de 2013, durante três meses na Província de Gaza, entre duas comunidades urbanas diferentes provam que esta modalidade pode ser altamente relevante e é vantajosa. A “Experiência de Acolhimento da Macia” deve ser usada como um teste no terreno, para ser analisada com mais profundidade com vista a identificar as melhores práticas e as lições aprendidas para avançar com este tipo de assistência na Agenda humanitária.

ANEXOS

ANEXO A

Mapas





ANEXO B

Fotografias das Cheias de 2013 (INGC, Zambézia)



Uma família de uma aldeia inundada de Nante é resgatada por barco.



População afectada deslocando-se para um Centro de Acomodação criado pelo INGC em Entabo (Maganja da Costa)



Montagem de um abrigo temporário



Pessoas abrigadas num Centro de Acomodação de Entabo

ANEXO C

Entrevistas às Famílias - Resultados

Para ter uma melhor compreensão do fenómeno de famílias de acolhimento/famílias acolhidas e o papel desempenhado pela comunidade e pelo Governo em termos de assistência imediata para reduzir o impacto dos desastres, foram realizadas entrevistas às famílias de acolhimento e às famílias acolhidas (num total de 30) na Província da Zambézia – Distrito de Namacurra (Manhalo e Furquia), e Maganja da Costa (Nante, Morla e Mugoloma) e na Província de Gaza (Bilene, Bairro Samora Machel e Bairro 5 em Chókwe).

As entrevistas estavam baseadas num questionário com perguntas semi-estruturadas, agrupadas em perguntas. As constatações/resultados são os seguintes:

MANHALO-FURQUIA (NAMACURRA)

Famílias de Acolhimento	Famílias Acolhidas
Informação demográfica	
<ul style="list-style-type: none"> - 90% dos entrevistados têm entre 35 a 50 anos de idade. Cada agregado familiar tem 3 a 8 membros. De todas as crianças em idade escolar, a maior parte dos quais são de Manhalo, frequentam a escola. - 10% dos entrevistados são pessoas idosas vivendo sozinhas; portanto, há 2 pessoas sem filhos. 	<ul style="list-style-type: none"> - 90% dos entrevistados têm entre 37 a 53 anos de idade, 10% têm 27 anos de idade. O número de pessoas por agregado familiar é constituído por 2 a 8 membros e todas as crianças em idade escolar frequentam a escola.
Informação socioeconómica	
<ul style="list-style-type: none"> - Quase 100% da principal fonte de rendimento dos entrevistados é a agricultura. A fonte secundária é a produção de bebidas alcoólicas tradicionais. - 100% das pessoas entrevistadas oferecem abrigo às famílias afectadas sempre que há inundações/cheias. Elas possuem algum tipo de relação duradoura. Não há acordo prévio ao acolhimento. - Quase 100% das casas são construídas com estacas, principalmente de bambu revestido de barro e o telhado é coberto de folhas de coco ou capim. A água que as famílias usam é de poços tradicionais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Quase 100% das pessoas nesta área têm a agricultura como a principal fonte de rendimento e a produção de bebidas alcoólicas tradicionais é fonte secundária. - 100% das pessoas é afectada pelas cheias e sempre que este fenómeno ocorreu eles foram oferecidos abrigo pelas pessoas que estão nas zonas seguras e possuem algum tipo de relacionamento (familiares, amizade, mesma religião, etc. Não há acordo sobre o acolhimento nem mesmo para a duração da permanência. - 100% das pessoas regressaram à sua zona de origem, depois da situação ter voltado à normalidade. - 100 % das casas onde as pessoas permaneceram eram feitas de estacas, bambu e eram revestidas de barro e o telhado é coberto de folhas de coco ou capim.

Informação sobre ajuda/assistência	
<ul style="list-style-type: none"> - 90% dos casos foram reportados e registados pelos líderes locais/comunitários (a grande maioria das famílias de acolhimento nesta área faz parte da estrutura/autoridade da comunidade). - 70% das famílias acolheram os seus visitantes nas varandas e 30% dentro das suas casas (salas de visita, quartos, etc.) e usaram a mesma casa de banho e latrina. Cada família preparou as suas refeições separadamente, mas os alimentos (que incluem mandioca seca, coco fresco, cana-de-açúcar, etc. quando há escassez de alimentos), os utensílios de cozinha e o local para a preparação de alimentos eram fornecidos pela família de acolhimento. 	<ul style="list-style-type: none"> - 100% das pessoas foram oferecidos espaço nas varandas, sem redes mosquiteiras e receberam mantas, alimentos, utensílios domésticos; partilharam a cozinha, latrina/casa de banho. - 70% das pessoas partilharam a preparação de refeições e 30% prepararam as refeições separadamente. Eles usaram a água do mesmo poço. 100% das pessoas receberam alimentos e em caso de escassez de alimentos recorriam à estratégia local de sobrevivência (consumo de mandioca seca, coco fresco, cana-de-açúcar, etc.) - 100% das famílias foram registadas junto às Autoridades Locais e eram frequentemente visitadas pelas autoridades. As famílias permaneceram durante cerca de três semanas nas casas das famílias de acolhimento, durante esse período não houve casos de doenças registadas requerendo assistência médica.
Regresso	
<ul style="list-style-type: none"> - 100% das famílias estavam a par da existência de instituições do Governo e de outras instituições que prestaram apoio às pessoas afectadas, mas a maior parte delas nunca beneficiou de tal assistência. - 100% das pessoas entrevistadas nesta área reconhecem que durante os desastres a ajuda não chega a toda a gente da mesma forma e que existem muitas casas que não recebem nada mas que gostariam de receber algo e também gostariam de ter um comité local de gestão do risco de calamidades para melhor orientá-los. - É seu entendimento que a existência de tal estrutura é crucial nas primeiras horas depois de um desastre, para as famílias de acolhimento e para as famílias acolhidas, porque ninguém está bem preparado para fazer face aos efeitos de inundações/cheias repentinas. 	<ul style="list-style-type: none"> - 100% das famílias estavam informadas sobre a existência de instituições que prestaram assistência às famílias afectadas. - 100% das famílias são de opinião que em caso de um desastre, as autoridades devem estar presentes imediatamente nas primeiras horas para ajudar as famílias de acolhimento, fazendo os preparativos para o abrigo e prestar ajuda humanitária às pessoas afectadas. Caso contrário, as famílias de acolhimento devem cobrir os custos não previstos que nunca são reembolsados. Não existem centros de acomodação e de reassentamento nesta zona.

MORLA/MUGOMOLA (MAGANJA DA COSTA)

Famílias de Acolhimento	Famílias Acolhidas
Informação demográfica	
<ul style="list-style-type: none"> - 80% dos entrevistados têm idades entre 19 a 57 anos, cada família tem de 3 a 8 membros. Todas as crianças em idade escolar, na sua maioria de Morla e Mugomola, frequentam a escola. - 20% das pessoas entrevistadas são idosas e vivem sozinhas; portanto, 2 pessoas sem filhos. 	<ul style="list-style-type: none"> - 90% das pessoas entrevistadas têm entre 27 a 50 anos de idade, e 10% acima de 60 anos. O número de pessoas por agregado familiar é de 2 a 8 pessoas e todas as crianças em idade escolar frequentam a escola. - 10% das pessoas entrevistadas são idosas e vivem sozinhas; portanto, 2 pessoas sem filhos.
Informação socioeconómica	
<ul style="list-style-type: none"> - Quase 90% das pessoas têm a agricultura como sua principal fonte de rendimento e a produção de álcool é a fonte secundária. - 10% das pessoas têm o negócio como sua principal fonte de rendimento. - 100% dos entrevistados oferecem abrigo às famílias afectadas sempre que há inundações/cheias e têm uma relação duradoira com as famílias afectadas. Não há acordo antes do acolhimento. - Quase 100% das casas são construídas com estacas, principalmente de bambu revestido de barro e o telhado é coberto de folhas de coco ou capim. A água que as famílias usam é de poços tradicionais e usam “certeza” para purificar a água. Este produto é distribuído nos hospitais, centros de acomodação/reassentamento ou vendido a um preço acessível nas lojas ou nos mercados informais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Quase 100% das pessoas nesta área têm a agricultura como a principal fonte de rendimento e a produção de bebidas tradicionais alcoólicas como fonte secundária. - 100% dos entrevistados foram afectados pelas cheias e sempre que este fenómeno ocorreu eles foram oferecidos abrigo pelas famílias que viviam em zonas mais seguras e têm um tipo de relacionamento (familiares, amizade, mesma religião, etc.). Não há acordo antes do acolhimento nem mesmo para a duração da permanência. - 100 % das casas onde eles permaneceram eram construídas com estacas, principalmente de bambu e revestidas de barro e o telhado é coberto de folhas de coco ou capim.
Informação sobre ajuda/assistência	
<ul style="list-style-type: none"> - 90% dos casos foram reportados e registados pelos líderes locais/comunitários. A maioria das famílias de acolhimento nesta área faz parte da estrutura/autoridade comunitária. - 70% das famílias acolheram os seus visitantes nas varandas e 30% dentro das suas casas (salas de visita, quartos, etc.) e usavam a mesma casa de banho e latrina. Cada família preparou as suas refeições separadamente, mas os alimentos (que incluem mandioca seca, coco fresco, cana-de-açúcar, etc. quando há escassez de alimentos) e os utensílios de cozinha eram fornecidos pelas famílias de acolhimento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Cerca de 60% das famílias foram oferecidos espaço nas varandas, sem redes mosquiteiras, receberam mantas, alimentos, utensílios domésticos; partilharam a cozinha e a casa de banho. - Cerca de 40% das famílias foram oferecidos espaço no quarto ou na sala de visitas. - 30% das famílias partilharam a preparação de refeições e 70% prepararam as suas refeições separadamente. Eles usavam água do mesmo poço. 60% recebeu alimentos e 40% trouxe os seus alimentos porque o lugar onde foram acolhidos está perto das suas casas. - 70% não se registou e/ou comunicou às entidades competentes, 20% foi registado pelas Autoridades Locais, 10% não sabia o que responder. - 50% permaneceu cerca de 4 a 7 dias nas famílias de acolhimento e depois foram para os centros de acomodação e acomodados nas zonas de reassentamento. 50% permaneceu cerca de um mês nas casas das famílias de acolhimento e regressaram às suas zonas de origem.

	- Durante esse período não houve registo de casos de doenças que requeriam a assistência médica.
Regresso	
<ul style="list-style-type: none"> - Cerca de 75% foram informados sobre a existência de instituições que prestaram assistência às famílias afectadas. 25% não recebeu informação sobre a existência de instituições que prestaram assistência às pessoas afectadas. - 100% dos entrevistados nesta área reconhece que durante os desastres a ajuda não chega a toda a gente e que há muitas famílias que não recebem nada, embora gostariam de receber algo. Também gostariam de ter um comité local de gestão do risco de calamidades para orientá-los. - É seu entendimento que a existência de tal estrutura é crucial nas primeiras horas depois dos desastres, para as famílias de acolhimento e para as famílias acolhidas porque ninguém está preparado para fazer face aos efeitos de inundações/cheias repentinas. - Eles pensam que as autoridades comunitárias devem convidar as pessoas que estão há escassos metros das margens do rio Licungo para passaram para o outro lado porque essa será a única forma de reduzir o sofrimento das pessoas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Cerca de 75% das pessoas foram informadas sobre a existência de instituições que prestaram assistência às famílias afectadas. 25% não tem informação sobre a existência de instituições que prestaram assistência às pessoas afectadas. - 100% é de opinião que em caso de um desastre, as autoridades devem estar presentes nas primeiras horas para ajudar as famílias de acolhimento a preparar abrigo e a oferecer ajuda humanitária às pessoas afectadas, porque todas as zonas de Morla e Mugoloma são vulneráveis às inundações/cheias. - Condições devem ser criadas de modo que todos os agregados familiares sejam incluídos na distribuição de terra/talhões nas zonas de reassentamento de Mussaia e Intabo.

PROVÍNCIA DE GAZA
BAIRRO SAMORA MACHEL (BILENE MACIA) E BAIRRO 5 (CHÓKWE)

Famílias de Acolhimento	Famílias Acolhidas
Informação demográfica	
<ul style="list-style-type: none"> - 100% tem idades entre 56 a 65 anos. Cada uma dessas pessoas tem uma família de 2 a 8 pessoas. Todas as crianças em idade escolar, maioritariamente de Bilene, frequentam a escola primária e secundária. - Os tipos de desastres eram chuvas intensas e cheias ao longo do rio dos Elefantes e o Rio Limpopo. 	<ul style="list-style-type: none"> - 100% tem 54 anos de idade. O número de pessoas por cada agregado familiar é de 9 membros e todas as crianças em idade escolar frequentam a escola.
Informação socioeconómica	
<ul style="list-style-type: none"> - Quase 50% das famílias têm a agricultura como a sua principal fonte de rendimento e 50% produz bebidas alcoólicas como actividade de subsistência familiar. - 100% das pessoas entrevistadas acolhem famílias afectadas sempre que há inundações/cheias e têm algum tipo de relação duradoira com as famílias afectadas. Não há acordo antes da permanência da família acolhida. - O centro de reassentamento Samora Machel foi criado em 2000 para acomodar as pessoas afectadas pelas cheias. - As casas são construídas com material convencional (blocos de cimento e chapas de zinco), bem como caniço, cimento e cobertas de chapas de zinco. 	<ul style="list-style-type: none"> - Quase 100% das pessoas nesta área têm a agricultura e o comércio informal como sua principal fonte de rendimento. - 100% dos entrevistados foram afectados pelas cheias e sempre que este fenómeno ocorreu eles receberam abrigo das famílias que viviam em zonas mais seguras e com quem tinham um certo tipo de relacionamento (familiares, amizade, mesma religião, etc.). - 80% das famílias foram acomodadas dentro das casas, 20% no quintal e não possuíam redes mosquiteiras, nem tendas. Eles permaneceram nas casas durante aproximadamente um mês. - 10% das pessoas regressaram às suas zonas de origem e 90% foram aos centros de reassentamento. - 100% das casas são construídas com caniço, cimento e cobertas de chapas de zinco.
Informação sobre ajuda/assistência	
<ul style="list-style-type: none"> - 100% dos casos foram reportados e registados pelos líderes locais/comunitários. - 80% das famílias foram acomodadas dentro de casas, 20% no quintal e não possuíam redes mosquiteiras, nem tendas. Eles permaneceram nas casas durante aproximadamente um mês. - Os alimentos eram preparados para toda a gente na mesma panela e partilhavam todos os produtos oferecidos. - 100% das pessoas afectadas permaneceram na casa da família de acolhimento durante um mês. 	<ul style="list-style-type: none"> - 100% recebeu redes mosquiteiras, mantas, alimentos, utensílios domésticos; partilhavam a cozinha, latrinas e casas de banho. Esta ajuda foi prestada pelo INGC e permitiu aos beneficiários levar o que lhe foi oferecido às casas de acolhimento. - 100% foram registados pelas Autoridades Locais e eram frequentemente visitados pelas autoridades. Eles permaneceram nas casas durante cerca de um mês e durante esse período não houve registo de casos de doenças que requeriam assistência médica.
Regresso	
<ul style="list-style-type: none"> - 100% das pessoas estavam a par da existência de instituições do Governo e outras instituições que prestaram assistência às pessoas afectadas e todos beneficiaram dessa assistência. - 100% dos entrevistados nesta área reconhecem que durante os desastres a ajuda não chega a toda 	<ul style="list-style-type: none"> - 100% foram informadas da existência de instituições que prestaram assistência às famílias afectadas. - 100% recebeu ajuda. - 100% das pessoas são de opinião que em caso de desastre, as autoridades devem estar imedia-

<p>a gente da mesma forma.</p> <p>- É seu entendimento que a existência de tal estrutura é crucial nas primeiras horas depois do desastre, para as famílias de acolhimento e para as famílias acolhidas porque ninguém está preparado a fazer face aos efeitos de inundações/cheias repentinas. Além disso, esta é uma das recomendações do Governo e das autoridades municipais.</p>	<p>tamente presentes para prestarem assistência às famílias de acolhimento, preparar o acolhimento e oferecer ajuda humanitária às pessoas afectadas. Isto deve-se ao facto de as famílias de acolhimento terem que cobrir os custos não previstos com o regresso. Ademais, não há centros de acomodação e de reassentamento nesta área.</p>
---	--

ANEXO D

Questionários para as famílias de acolhimento

Guião de entrevistas para as famílias de acolhimento

I

Apresentação do entrevistador. Objectivos da entrevista. Procurar saber se a pessoa está confortável em responder às perguntas. Informar sobre o sigilo da informação recolhida. Garantir que não dê a impressão de que este trabalho irá trazer algum benefício às famílias de acolhimento

II

2. Informação básica:

- a) Nome: _____
- b) Idade: _____
- c) Lugar de nascimento (nome do distrito, posto administrativo, localidade): _____
- d) Estado civil: _____
- e) Número de membros na família: _____
- f) Quantos filhos tem? _____ Nº de rapazes: _____ Nº de raparigas: _____
- g) Quantos adultos? _____ Nº de mulheres: _____ Nº de homens: _____
- h) Quantos idosos? _____

2.1 Situação socioeconómica:

- a) Principal fonte de rendimento do membro que sustenta a família (funcionário público, auto-emprego ou trabalha para uma outra pessoa)? _____
- b) Quantas fontes de rendimento tem a família? _____
- c) O parceiro tem uma outra fonte de rendimento? _____
- d) O rendimento da família é suficiente para a subsistência? _____
- e) Há quanto tempo mora neste lugar (zona, distrito, localidade, aldeia)? _____
- f) As crianças estudam? _____ Quantos rapazes? _____ Quantas raparigas? _____

III

3. Razões para o acolhimento e as características de acolhimento

- a) Chuva, cheias, ventos fortes, tempestade, etc.
- b) Quantas vezes a família acolhida foi afectada por desastres? _____
- c) O que é que motivou o acolhimento: _____
- (Marcar com X)
- c.1) familiares _____
- c.2) afinidade _____
- c.3) amizade _____
- c.4) afinidade religiosa _____
- d) Como é que foi a negociação para o acolhimento?
- (Marcar com X)
- d.1) Solidariedade _____
- d.2) Troca de favores _____
- d.3) pagamento monetário _____
- e) A família foi acolhida durante quanto tempo? _____
- f) Durante as negociações o período de permanência foi discutido? _____
- g) Sempre que há um desastre recebe esta família ou outras famílias? _____
- h) Durante a permanência da família, as Autoridades Locais foram comunicadas sobre a sua situação? ____ Em caso afirmativo, porquê (explorar mais esta pergunta. Obter detalhes)?
- i) Que parte da casa foi alocada para o acolhimento familiar (quintal, quarto dos rapazes, varanda, sala, etc...)? ____ Se tiver sido fora de casa e/ou no quarto dos rapazes, eles dormiram ao relento ou nas tendas? _____
- j) Que tipo de casas você tem (caniço revestido de capim, madeira ou chapas de zinco, blocos, cimento, etc.)? _____
- k) O que partilhou com a família (casa de canho, produtos de higiene, cozinha, utensílios domésticos, torneira ou água do poço e outros)? _____

4. Ajuda/assistência

- a) Fez algum registo ou comunicou às autoridades competentes quando recebeu as famílias?
- b) Qual foi a instituição responsável pelo registo? _____
- c) Recebeu alguma ajuda/apoio? _____ De que organização/instituição? _____
- d) Que tipo de bens recebeu? _____
- e) A quantidade foi suficiente para satisfazer as necessidades básicas da sua família?
- _____
- f) A ajuda foi partilhada com as famílias acolhidas? _____
- f.1) Caso não, porquê?

- f.2) Em caso afirmativo, quem e como é que isso foi gerido? _____
- f.3) Em caso de doença de um membro da família acolhida, quem presta os primeiros socorros? _____ Quem é que custeia as despesas? _____
- g) As refeições são preparadas para toda a gente, incluindo a família acolhida? _____ Porquê? _____
- h) A relação com a família acolhida era boa? _____
- i) Houve algum conflito entre a família de acolhimento e a família acolhida durante a sua permanência? _____ ?
- i.1) Qual foi a razão? _____
- i.2) Como é que lidou com esse conflito (tente saber quem esteve envolvido na resolução do conflito)? _____
- j) Durante a permanência da família você foi visitado por qualquer instituição local ou organização (em caso afirmativo, indique? _____

5. Regresso

- a) Quando a situação voltou à normalidade a família acolhida regressou às suas zonas de origem ou foi reassentada? _____
- b) Conhece alguma instituição do Governo ou organização que presta assistência humanitária? _____
- c) Como é que tomou conhecimento disso? _____
- d) Que tipo de relação existe entre a família acolhida e a instituição? _____
- e) Durante o período de acolhimento algum membro da sua família contraiu uma deficiência física ou mental (em caso afirmativo, qual)? _____

6. Na sua opinião, qual é a melhor modalidade para prestar apoio às famílias afectadas pelo desastre? _____

ANEXO E

Questionários para as famílias acolhidas

Guião para entrevistas das famílias de acolhimento

I

Apresentação do entrevistador. Objectivos da entrevista. Procurar saber se a pessoa está confortável em responder às perguntas. Informar sobre o sigilo da informação recolhida. Garantir que não dê a impressão de que este trabalho irá trazer algum benefício às famílias de acolhimento.

II

2. Informação básica:

- i) Nome: _____
- j) Idade: _____
- k) Lugar de nascimento (nome do distrito, posto administrativo, localidade): _____
- l) Estado civil: _____
- m) Número de membros na família: _____
- n) Quantos filhos? _____ Nº de rapazes: _____ Nº de raparigas: _____
- o) Quantos adultos? _____ Nº de mulheres: _____ Nº de homens: _____
- p) Quantos idosos? _____

2.1 Situação socioeconómica:

- g) Qual é a principal fonte de rendimento do membro que sustenta a família (funcionário público, auto-emprego ou trabalha para uma outra pessoa)? _____
- h) Quantas fontes de rendimento tem a família? _____
- i) O parceiro tem uma alguma fonte de rendimento? _____
- j) O rendimento da família é suficiente para a subsistência? _____
- k) Há quanto tempo mora neste lugar (zona, distrito, localidade, aldeia)? _____
- l) As crianças estudam? _____ Quantos rapazes? _____ Quantas raparigas? _____

III

3. Razões da deslocação

l) Chuva, cheias, ventos fortes, tempestade, conflitos humanos e animais, etc...? _____

m) Quantas vezes você foi afectado por um desastre? _____

n) O que é que o motivou a ir a essa família: _____

(Marcar com X)

c.1) familiares _____

c.2) afinidade _____

c.3) amizade _____

c.4) afinidade religiosa _____

o) Qual foi a negociação para o seu acolhimento? _____

(Marcar com X)

d.1) Solidariedade _____

d.2) Troca de favores _____

d.3) Pagamento monetário _____

p) Permaneceu nessa casa durante quanto tempo?

q) Qual foi o período de permanência inicialmente acordado?

r) Sempre vai à mesma família em caso de necessidade de acolhimento?

s) Sempre que são afectados por um desastre pedem apoio à família?

t) Durante a sua permanência nessa família a comunicou às Autoridades Locais sobre a sua situação? _____ Em caso negativo, porquê (explorar mais esta pergunta. Obter detalhes)? _____

u) Que parte da casa foi alocada a si (quintal, quarto dos rapazes, varanda, sala, etc.)? _____

_____ Se tiver sido fora de casa e/ou quarto dos rapazes, ficou fora ou nas tendas?

v) Tipo de casa que a família de acolhimento tem (caniço revestido de capim, madeira e zinco, blocos, blocos de cimento, etc.)? _____

w) Que coisas foram partilhadas consigo durante o período de acolhimento com a família de acolhimento (casa de banho, produtos de higiene, cozinha, jogos de cozinha, torneira ou água de poço e outros)? _____

4. Ajuda/Assistência

k) Quando chegou a essa localidade fez algum registo? _____

l) Qual foi a instituição responsável pelo registo? _____

m) Recebeu algum apoio/ajuda? _____ Em caso afirmativo, qual foi a organização/instituição? _____

n) Que tipo de bens recebeu? _____

- o) A quantidade foi suficiente para satisfazer as necessidades básicas da família? _____
- p) A ajuda foi partilhada com as famílias de acolhimento? _____
- f.1) Em caso negativo, porquê? _____
- f.2) Em caso afirmativo, quem e como é que organizou a gestão? _____
- f.3) Em caso de doença de um membro da família acolhida, quem presta os primeiros socorros? _____ Quem custeia as despesas? _____
- q) As refeições são preparadas para toda a gente, incluindo as famílias de acolhimento? _____ Porquê? _____
- r) A relação com a família de acolhimento é boa? _____
- s) Houve algum conflito entre a família acolhida e a família de acolhimento durante a permanência? _____?
- i.1) Quais foram as razões? _____
- i.2) Como é que resolveu o conflito (tente saber quem esteve envolvido na resolução desse conflito)? _____
- t) Durante a permanência, a família foi visitada por alguma estrutura local ou organização (em caso afirmativo, mencione o nome)? _____

5. Regresso

- f) Quando a situação voltou à normalidade regressaram às suas zonas de origem ou foram reassentados? _____
- g) Conhece alguma Instituição do Governo ou organização que presta assistência humanitária? _____
- h) Como é que tomou conhecimento disso? _____
- i) Que tipo de relação existe entre a família de acolhimento e as organizações? _____
- j) Durante as cheias algum membro da sua família contraiu alguma deficiência física ou mental (em caso afirmativo, qual)? _____

6. Na sua opinião, que tipo de apoio é mais adequado: permanecer em centros de acomodação ou ser acolhido por outras famílias? _____

ANEXO F

Agenda da missão no terreno

DATA	LOCAL	MANHÃ	TARDE	NOTA
16-ago	Viagem			
17-ago	Maputo	Chegada a Maputo @ 10.50	Chegada a Maputo @ 10.50	
Sáb		12.00 - Reunião com CVE (Administração e Finanças)	16.00 - Reunião com CVE Coordenador do projeto em Gaza	Noite em Maputo
18-ago	Maputo			
Dom				Noite em Maputo
19-ago	Quelimane	8.30 - Reunião com Concern 9.30 - Reunião com INGC 11.30 - Reunião com World Vision	14.00 - Reunião com NAFEZA (Sr ^a Cândida) 15.00 - Reunião com pessoal do projeto da CVE 16.00 - Conclusão da visita às Comu- nidades	Noite em Quelimane
20-ago	Maputo	9.00 - Reunião com CRE (Rep. no País)	13.00 Viagem aérea a Quelimane Chegada às (14.40) 15.45 - atrasado	
3ª F	Quelimane	10.00 - Reunião com SG da CVM	16.00 - Reunião com pessoal do projecto da CVE e da CVM - reunião com o Secretário Provincial da CVM	Noite em Quelimane
21-ago	Quelimane	Trab. no escritório em preparação dos documentos dos seminários e do estudo	Trabalho de escritório em preparação dos documentos do seminário e do estudo	Noite em Quelimane
22-ago	Quelimane	10.00 – Reunião com INGC (Coord. Distrital)	15.00 – Namacurra – Reunião com CVM	
5ª F	Namacurra - Furquia	Viagem a Namacurra-Furquia	16.00 – Furquia – Reunião com o Admin Local e representante da CVM	Noite em Namacurra
23-ago	Namacurra	8.00 – Reunião com o Admin Local	15.00 – Namacurra – Reunião com CVM	
6ª F	Furquia	10.00 – Reunião com os Líderes Locais em Manhalo	16.00 – Furquia – Reunião com o Admin Local e representante da CVM	Noite em Namacurra
24-ago	Furquia	9.00 – 13.00 Seminário com represen- tantes das comunidades seleccionadas e com outros intervenientes em Furquia	15.00 – Viagem a Quelimane	
Sáb	Quelimane			Noite em Quelimane
25-ago	Quelimane	Trabalho de escritório	Trabalho de escritório	
Dom				Noite em Quelimane
26-ago	Maganja da Costa	6.00 – Viagem a Maganja sede	15.00 – Reunião com os Líderes Locais em Morla	
2ª F	Nante	10.00 – Reunião com a CVM e o Admin. do Distrito da Maganja da Costa		Noite em Maganja da Costa

27-ago	Maganja da Costa	10.00 – 16.00 - Reunião com a comunidade de Morla (entrevistas, grupos focais, ...)	10.00 – 16.00 - Reunião com a comunidade de Morla (entrevistas, grupos focais, ...)	Noite em Maganja da Costa
3ª F	Morla			
28-ago	Maganja da Costa	0.00 – 16.00 - Reunião com a comunidade de Moguloma (entrevistas, grupos focais, ...)	0.00 – 16.00 - Reunião com a comunidade de Moguloma (entrevistas, grupos focais, ...)	Noite em Maganja da Costa
4ª F	Moguloma			
29-ago	Maganja da Costa	9.00 – 13.00 Seminário com representantes das comunidades seleccionadas e com outros intervenientes em Nante		Noite em Quelimane
5ª F	Nante			
30-ago	Quelimane	9.00 – Reunião com Acção Agrária Alemã	Trabalho de escritório	Noite em Quelimane
6ª F		10.00 - Reunião com INGC / Departamento de Planificação (mapas)		
31-ago	Quelimane	11.00 – Apresentação de relatório à Delegação Provincial da CVM	Viagem aérea agendada para Maputo cancelada	Noite em Quelimane
Sábª F				
1-set	Quelimane	Trabalho de escritório	21.00 - Voo para Maputo. Atrasado	Noite em Maputo
Dom	Maputo		Chegada às 5,30 no dia seguinte	
2-set	Maputo	11.00 - Reunião com o delegado da FICV	14.00 - Apresentação do relatório à missão da CVE na Zambézia	Noite em Maputo
2ª F				
3-set	Maputo	5.00 viagem a GAZA	Viagem a Chókwe - Reunião com a CVM e uma família acolhida identificada	Noite em Maputo
3ª F	Gaza	11.00 - Reunião com CVM na Macia e com as famílias de acolhimento identificadas		
4-set	Maputo	9.00 - Reunião com INGC - Sede	14.00 - Reunião com a Directora de Programas da CVM	
4ª F		12.00 - Reunião com UNHABITAT	15.00 - Reunião com FNUAP	
5-set		Fim da missão e viagem a BCN		Via aérea
5ª F				
6-set	Viagem	Fim da missão e viagem a BCN		

ANEXO G

Lista de pessoas contactadas

List of persons contacted during the field mission			
Organization	Name	Position	Contact details
Red Cross Movement			
Cruz Vermelha de Moçambique	Respeito Chirrizze	CVM Director	respeito.chirindze@redcross.org.mz
Cruz Vermelha de Moçambique	Ivete Dengo	Operation Manager	ivete.dengo@redcross.org.mz
Cruz Vermelha de Moçambique	Joel Tomás	Director of Operations, Nacional Officer DM, Health	joel.tomass@gmail.com
Cruz Vermelha de Moçambique	Paulo Matusse	National Officer DM	paulo.matusse@redcross.org.mz
Cruz Vermelha de Moçambique - Zambézia	Simon B. Bonate	Provincial Secretary	simonbonate@yahoo.com.br
Cruz Vermelha de Moçambique - Zambézia	Aguinaldo Almeida	Provincial Technician DIPECHO project	agnaldoalmeida12@gmail.com
Cruz Vermelha de Moçambique - Zambézia	Miguel Assane Chacar	Technician DIPECHO project - Namacurra	N.A.
Cruz Vermelha de Moçambique - Zambézia	Aquilino Bardo Borge	Technician DIPECHO project - Maganja da Costa	N.A.
Cruz Vermelha de Moçambique - Zambézia	José Eduarte	Presidente CVM Furquia	N.A.
Cruz Vermelha de Moçambique - Gaza	Lécio Bila	District officer Macia	N.A.
Cruz Vermelha de Moçambique - Gaza	Amélia Costa	District officer Chokwé	N.A.
Cruz Roja Española	Sónia Olza	Country Coordinator	del.sof@cruzroja.es
Cruz Roja Española	Miguel Lavín Remón	Delegate - DIPECHO project	del.mlr@cruzroja.es
Cruz Roja Española	David Rodríguez	Delegate - Finance LOGs	del.drg@cruzroja.es
IRFC	Angel Vicario	Operation Manager	angel.vicario@ifrc.org
German Red Cross	Samuel Tomassini	Delegate - Programme in Gaza	grcgaza@gmail.com
Government Inst.			
INGC	Ana Cristina João Manuel	Director Emergency Response and Preparedness	amanuel@ingc.gov.mz
INGC	Elísio Pereira	Operation in the field	elisio.pereira81@hotmail.com
INGC - Zambézia	Milton Barbosa da Silva	Provincial Operation Manager	milton.barbosa@gmail.com
INGC - Zambézia	Paolo Tomás	INGC delegate Maganja da Costa	N.A.
Humanitarian Organizations			
UN - Habitat	Fernando Ferreira	Architect DRR/ER Reconstruction	fernando.ferreiro@oneun.org.mz
UNFPA	Filipa Gouveia	Program Officer for natural disasters and warning	gouveia@unfpa.org
IOM	Andrew Lind	Head of delegation Mozambique	alind@iom.int
Concern - Zambézia	Kevin Fitzpatrik	Programme Manager	kevin.fitzpatrik@concern.net
Concern - Zambézia	Gilbero Ononade	Emergency Coordinator	gilbero.onate@concern.net
German Agro Action - Zambézia	Víctor Duarte	Trainer of CLGRC	N.A.
World Vision - Zambézia	Israel Muba	Coordinator DRR and Focal Point in COE Provincial	israel_muba@wvi.org
Nafeza - Zambézia	Cândida Quintano	Director	quintanocandida@yahoo.com.br
Nafeza - Zambézia	Angela Quintano	Programme Officer	N.A.
Local admin. / Community leaders			
Community Leaders	Abílio Angelo	Community Leader of Manhala (Namacurra)	N.A.
Community Leaders	Joaquim Calisto Sabão	Community Leader of Mugherege (Namacurra)	N.A.
Community Leaders	Feliz Joaquim	Community Leader of Berua (Namacurra)	N.A.
Community Leaders	Miguel Varela	Community Leader of Lugela (Namacurra)	N.A.
Community Leaders	Sabuneti Esquadro	Community Leader of Morla (Maganja da Costa)	N.A.
Community Leaders	Umberto Esquadro	Community Leader of Mongoloma (Maganja da Costa)	N.A.
Community Leaders	Miguel Mangução	Community Leader of Moneia (Maganja da Costa)	N.A.

ANEXO H

Termos de Referência dos Membros da Equipa do Estudo

Conhecimentos Técnicos

Estudo sobre a inclusão da resposta das famílias de acolhimento na agenda política para a preparação para desastres e gestão de emergências depois de um desastre natural em Moçambique

Local de Trabalho:	Base domiciliária e viagem a Moçambique (Maputo e aos distritos costeiros de Namacurra e Maganja)
Duração:	Três meses a partir da assinatura do contrato
Presta contas a:	Directamente ao chefe da Equipa (Contratante)
Responsável por:	Sob a liderança do Chefe da Equipa, o Especialista Técnico deve obter de forma extensiva dados e informação sobre a resposta das famílias de acolhimento durante as emergências passadas em Moçambique para todos os 4 produtos; ela/ele é completamente responsável pela conclusão e submissão dos Produtos 1 e 2, e contribui de forma pró-activa para os Produtos 3 e 4, conforme se descreve abaixo.

Antecedentes desta consultoria

Esta consultoria é uma componente do programa Regional do DIPECHO III, liderado pela Cruz Vermelha de Moçambique (CVM) em parceria com a Cruz Vermelha da Espanha (CVE), para a implementação do seu programa intitulado “Reduzir o risco e a vulnerabilidade aos desastres da população moçambicana exposta às mudanças climáticas, fortalecendo as capacidades de gestão de desastres da população local que vive em zonas propensas aos desastres, agindo em coordenação com as instituições do governo e outras organizações da sociedade civil.”

O objectivo principal do programa DIPECHO III é realizar um estudo sobre as lições aprendidas das anteriores operações de resposta aos desastres, para além da assistência das famílias de acolhimento e incluindo a resposta através da assistência nos centros de acomodação e distribuição de kits de abrigo.

O Chefe da Equipa foi contratado pela CVM para formar uma equipa composta por um Especialista Técnico e um Assistente de Terreno e estudar a inclusão da resposta das famílias de acolhimento na agenda política para a preparação para desastres e gestão de emergências, depois de um desastre natural em Moçambique. As famílias de acolhimento têm apoiado as pessoas deslocadas durante emergências. Contudo, actualmente tais contribuições importantes não são imediatamente apoiadas pela comunidade humanitária como um procedimento padrão, nem em Moçambique ou a nível internacional. Este estudo será uma da investigação da amostra de dois distritos da Província da Zambézia (Namacurra e Maganja da Costa) que tem em vista certificar se o apoio das comunidades de acolhimento e as famílias de acolhimento bem como as famílias acolhidas pode ser uma prática viável, que juntamente com os tipos

de assistência em abrigo, pode contribuir para uma melhor resposta à emergência depois de futuros desastres naturais.

Tendo em conta o enfoque sobre a área geográfica acima mencionada, o estudo irá referir-se às experiências levadas a cabo noutras partes de Moçambique, bem como outras experiências internacionais, nesta área de trabalho.

A equipa deve produzir quatro produtos:

- Produto 1** Relatório do trabalho de terreno nos distritos de Namacurra e Maganja da Costa sobre as últimas actividades de resposta aos desastres, que podem ser incluídos nas comunidades de acolhimento e nas famílias de acolhimento, bem como famílias acolhidas de uma maneira formal ou informal. (Inglês, 30 páginas).
- Produto 2** Estudo sociológico sobre quais foram as necessidades das comunidades de acolhimento e famílias de acolhimento, bem como as famílias deslocadas acolhidas durante as últimas emergências, independentemente de terem sido respondidos ou não. O propósito é de ajudar a reconhecer, de facto, a existência da resposta aos desastres por parte das comunidades de acolhimento e as famílias de acolhimento e compreender o impacto que isso tem sobre a vida de tais comunidades e famílias. (Inglês, 50 páginas).
- Produto 3** Relatório extensivo sobre as melhores práticas existentes na assistência das famílias de acolhimento noutras partes de Moçambique e noutros países. Este relatório irá identificar os procedimentos e as actividades que podem ser adaptadas ao contexto moçambicano, bem como providenciar os nomes e contactos dos pontos focais que trabalham em programas de famílias de acolhimento noutros países e quem poderia contribuir para o estudo. (Inglês, 30 páginas).
- Produto 4** Manual de resposta das comunidades de acolhimento. Este manual irá providenciar um procedimento a ser seguido para incluir a assistência das comunidades e famílias de acolhimento em futuras respostas humanitárias. Este manual visa igualmente apoiar outras agências humanitárias que trabalham em Moçambique. (Inglês, 30 páginas).

Propósito desta posição e principais tarefas e responsabilidades do Assistente de Terreno:

O Especialista Técnico irá trabalhar sob a liderança directa do Chefe da Equipa e será directamente responsável pela elaboração dos Produtos 1 e 2, conforme foi descrito na secção anterior e nos Termos de Referência anexos ao projecto pela CVM (vide Anexo 1). Além disso, o Especialista Técnico irá prestar assistência de forma pró-activa ao Chefe da Equipa na elaboração dos Produtos 3 e 4. Finalmente, o Especialista Técnico será directamente responsável pela organização com êxito da missão, que terá lugar em Maputo e nos distritos de Namacurra

e Maganja da Costa, na Província da Zambézia durante 3 semanas. Todo o trabalho será realizado de acordo com o plano de trabalho acordado (vide Anexo 2).

As principais tarefas e responsabilidades do consultor são:

1. Prestar apoio ao Chefe da Equipa em todos os materiais necessários para a elaboração do relatório preliminar a ser submetido na preparação da missão ao terreno.
2. Identificar apoio a nível local para realizar o estudo em comunicação com a CVM e a CVE. Um grupo de voluntários seria ideal para apoiar a parte do trabalho no terreno.
3. Treinar a equipa do trabalho no terreno (principalmente voluntários da CVM), na preparação da recolha de dados (entrevistas aos informantes-chave, grupos focais, transectos, etc.), de modo que a equipa de trabalho no terreno se familiarize com as ferramentas e os procedimentos do estudo.
4. Responsabilizar-se por todos os preparativos e a organização logística do estudo, gestão de pessoal, administração, provisão de quaisquer materiais necessários, transporte, contacto com as Autoridades Locais, outros informantes-chave, conforme for acordado com o Chefe da Equipa.
5. Organizar a identificação e recolha de informação e recursos existentes a nível nacional durante a deslocação a Maputo, após a chegada e partida.
6. Estruturar o estudo a ser levado a cabo nos distritos de Namacurra e Maganja da Costa, em articulação com e sob a supervisão do Chefe da Equipa, através de:
 - observação directa
 - entrevistas aos informantes-chave
 - entrevista às famílias
 - discussões em grupos focais
 - avaliação do impacto ambiental
 - mapeamento
7. Estabelecer e manter um excelente canal de comunicação entre a equipa e os diferentes departamentos da CVM e a CVE, Autoridades Locais e a população alvo.
8. Estabelecer um sistema ágil e eficaz de recolha de informação, incluindo uma base de dados e procedimentos de análise de dados para futura disseminação através de diversos meios de comunicação social, conforme as necessidades (formulários, fotografias, vídeo, escrita, etc.)
9. Garantir que todos os membros da equipa de trabalho no terreno sejam bem informados sobre os procedimentos e que tais procedimentos sejam seguidos, de modo a evitar a perda de dados e ocorrência de imprecisão.

10. Concluir e traduzir para a língua local (ou dialectos, conforme as necessidades) dos questionários padronizados e quaisquer outros materiais do estudo, em colaboração com o Chefe da Equipa.
11. Identificar as melhores práticas e as lições aprendidas das últimas emergências no país, que poderiam ser relevantes para quaisquer produtos do projecto, alistados na secção acima, referente aos antecedentes.
12. Analisar todos os dados recolhidos, seguindo os padrões e os requisitos acordados, a fim de produzir as constatações preliminares enquanto estiver no terreno.
13. Preparar relatórios (vide Produtos 1 e 2 na secção dos antecedentes) sobre as constatações preliminares a serem apresentadas no terreno antes da partida do Especialista Técnico e a serem circulados para comentários por parte do grupo técnico de referência da CVE. Trabalhar em estreita colaboração com o Chefe da Equipa para incluir os documentos revistos todos os comentários recebidos da CVM e da CVE nos Produtos 1 e 2.
14. Contribuir de forma pró-activa para a obtenção de todos os dados ao nível do terreno necessários para os Produtos 3 e 4, conforme foi descrito na secção dos antecedentes neste documento.

Prestação de Contas e Sigilo:

Garantir o cumprimento do Código de Conduta, Políticas, Procedimentos e quaisquer outros processos específicos do Movimento da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho aplicados na zona de intervenção.

Manter o sigilo de qualquer informação sensível e dados recolhidos como parte desta consultoria.

Assistente de Terreno

Estudo sobre a inclusão da resposta das famílias de acolhimento na agenda política para a preparação para desastres e gestão de emergências depois de um desastre natural em Moçambique

Antecedentes desta consultoria

Esta consultoria é uma componente do programa Regional do DIPECHO III, liderado pela Cruz Vermelha de Moçambique (CVM) em parceria com a Cruz Vermelha da Espanha (CVE), para a implementação do seu programa intitulado “Reduzir o risco e a vulnerabilidade aos desastres

Local de Trabalho:	Província da Zambézia (distritos costeiros de Namacurra e Maganja)
Duração:	Um mês (20 +10 dias)
Presta contas a:	Directamente ao Especialista Técnico, sob a supervisão do Chefe da Equipa
Responsável por:	Sob a liderança directa do Especialista Técnico, o Assistente de Terreno presta o apoio necessário para a recolha, análise e apresentação de dados primários e secundários de alta qualidade.

da população moçambicana exposta às mudanças climáticas, fortalecendo as capacidades de gestão de desastres da população local que vive em zonas propensas aos desastres, agindo em coordenação com as instituições do governo e outras organizações da sociedade civil.”

O objectivo principal do programa DIPECHO III é realizar um estudo sobre as lições aprendidas das anteriores operações de resposta aos desastres, para além da assistência das famílias de acolhimento, incluindo a resposta através da assistência nos centros de acomodação e distribuição de kits de abrigo.

A nossa Equipa de Consultoria foi contratada pela CVM para realizar um estudo sobre a inclusão da resposta das famílias de acolhimento na agenda política para a preparação para desastres e gestão de emergências depois de um desastre natural em Moçambique. As famílias de acolhimento têm apoiado as pessoas deslocadas durante as emergências. Contudo, actualmente tais contribuições importantes não são imediatamente apoiadas pela comunidade humanitária como um procedimento padrão, nem em Moçambique ou a nível internacional. Este estudo fará uma investigação da amostra de dois distritos da Província da Zambézia (Namacurra e Maganja da Costa) e tem em vista certificar se o apoio das comunidades de acolhimento e as famílias de acolhimento, bem como as famílias acolhidas pode ser uma prática viável, que juntamente com os tipos de assistência em abrigo, pode contribuir para uma melhor resposta à emergência depois de futuros desastres naturais.

Tendo em conta o enfoque sobre a área geográfica acima mencionada, o estudo irá referir-se às experiências levadas a cabo noutras partes de Moçambique, bem como outras experiências internacionais, nesta área de trabalho.

O nosso contrato com a CVM compreende quatro produtos:

- | | |
|------------------|---|
| Produto 1 | Relatório do trabalho de terreno nos distritos de Namacurra e Maganja da Costa sobre as últimas actividades de resposta aos desastres, que podem ser incluídos nas comunidades de acolhimento e nas famílias de acolhimento, bem como famílias acolhidas de uma maneira formal ou informal. |
| Produto 2 | Estudo sociológico sobre quais foram as necessidades das comunidades de acolhimento e famílias de acolhimento, bem como as famílias deslocadas acolhidas durante as últimas emergências, independentemente de terem sido respondidos ou não. O propósito é de ajudar a reconhecer, de facto, a existência da resposta aos desastres por parte das comunidades de acolhimento e as famílias de acolhimento e compreender o impacto que isso tem sobre a vida de tais comunidades e famílias. |
| Produto 3 | Relatório extensivo sobre as melhores práticas existentes na assistência das famílias de acolhimento noutras partes de Moçambique e noutros países. Este relatório irá identificar os procedimentos e as actividades que podem ser adaptadas ao contexto moçambicano, bem como providenciar os nomes e contactos dos pontos focais que trabalham em |

programas de famílias de acolhimento noutros países e quem poderia contribuir para o estudo.

Produto 4

Manual de resposta das comunidades de acolhimento. Este manual irá providenciar um procedimento a ser seguido para incluir a assistência das comunidades e famílias de acolhimento em futuras respostas humanitárias. Este manual visa igualmente apoiar outras agências humanitárias que trabalham em Moçambique.

Propósito desta posição e principais tarefas e responsabilidades do Assistente de Terreno:

O Assistente de Terreno irá trabalhar sob a liderança directa do Especialista Técnico e será supervisionado à distância pelo Chefe da Equipa, durante o período de duração da missão ao terreno.

Ele/ela irá facilitar e prestar assistência ao Especialista Técnico nas seguintes actividades:

1. Preparação de materiais de formação para o treinamento a ser ministrado à equipa do trabalho de campo (principalmente voluntários da CVM), na preparação da recolha de dados (entrevistas aos informantes-chave, grupos focais, transectos, etc.), de modo que a equipa de trabalho no terreno se familiarize com as ferramentas desenvolvidas para o estudo.
2. Todos os preparativos e organização logística do estudo, incluindo transporte, contactos com as Autoridades Locais, informantes-chave, gestão de pessoal, administração, fornecimento do material necessário, conforme for acordado com o Especialista Técnico.
3. Estruturar o estudo a ser levado a cabo nos distritos de Namacurra e Maganja da Costa, em articulação com e sob a supervisão com o Chefe da Equipa, através de:
 - observação directa
 - entrevistas aos informantes-chave
 - entrevista às famílias
 - discussões em grupos focais
 - transectos
 - avaliação do impacto ambiental
 - mapeamento
4. Facilitar a realização do estudo, mantendo um excelente canal de comunicação entre a equipa e os diferentes departamentos da CVM e da CVE, Autoridades Locais e a população alvo.
5. Garantir um sistema ágil e eficaz de recolha de informação, incluindo uma base de dados e procedimentos de análise de dados para futura disseminação através de diversos meios de comunicação social, conforme as necessidades (formulários, fotografias, vídeo, escrita, etc.).

6. Garantir que todos os membros da equipa de trabalho no terreno sejam bem informados sobre os procedimentos e que tais procedimentos sejam seguidos, de modo a evitar a perda de dados e ocorrência de imprecisão.
7. Concluir e traduzir para a língua local (ou dialectos, conforme as necessidades) dos questionários padronizados e quaisquer outros materiais do estudo.
8. Identificar as melhores práticas e as lições aprendidas das últimas emergências no país.
9. Estabelecer e inserir todos os dados recolhidos numa base de dados simples e flexível.
10. Analisar todos os dados recolhidos, seguindo os padrões e os requisitos acordados, a fim de produzir as constatações preliminares enquanto estiver no terreno.
11. Preparar relatórios (vide Produtos 1 e 2 na secção dos antecedentes) sobre as constatações preliminares a serem apresentadas no terreno antes da partida do Especialista Técnico e a serem circulados para comentários por parte do grupo técnico de referência da CVE.

Prestação de Contas e Sigilo:

Garantir o cumprimento do Código de Conduta, Políticas, Procedimentos e quaisquer outros processos específicos do Movimento da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho aplicados na zona de intervenção.

Manter o sigilo de qualquer informação sensível e dados recolhidos como parte desta consultoria e de acordo com as exigências do Especialista Técnico e o Chefe da Equipa.

Realizar quaisquer outras tarefas e responsabilidades que possam surgir durante o trabalho de terreno, conforme as instruções do Especialista Técnico.

Requisitos para a Posição

Formação Académica:

Formação académica relevante em ciências sociais ou experiência de trabalho compatível.

Qualificações profissionais em Gestão de Desastres ou uma área afim.

Experiência:

3 anos de experiência profissional recente numa organização humanitária ou de caridade envolvida na Resposta aos Desastres ou Preparação para Desastres em Moçambique.

Familiarizado com os princípios e procedimentos do Movimento da Cruz Vermelha e ferramentas do projecto.

Experiência de trabalho em projectos baseados na comunidade e/ou familiarizado com ferramentas de avaliação participativa (PRA, VCA, PASSA, etc.)

Experiência em estudos sociais e assuntos relacionados.

Experiência em voluntariado e/ou trabalho com a CVM constitui vantagem.

Conhecimentos e habilidades:

Pró-activo e mediador criativo na resolução de problemas.

Bons conhecimentos do contexto da província da Zambézia e boa compreensão das tradições locais e diferenças culturais.

Capacidade de comunicação eficaz oral e escrita com diferentes audiências, adaptando-se ao estilo para se adequar à situação.

Capacidade de recolha, análise e avaliação de factos, preparação e apresentação de relatórios concisos orais e escritos em Inglês e em Português.

Bons conhecimentos dos pacotes de Software, em particular Power Point e Excel.

Capacidade de estabelecer e manter relações de trabalho eficazes dentro da equipa de trabalho e com intervenientes externos relevantes.

Línguas:

Português como língua materna ou fluência equivalente.

Fluência em Inglês falado e escrito.

Muito boa compreensão das línguas da província da Zambézia e/ou dialectos relevantes.

Competências:

Profissionalismo, Comunicação, relações da Sociedade Nacional, Orientado aos Resultados, Prestação de Contas e Integridade.

ANEXO I

Principais documentos de referência e websites (Inglês)

- FICV, Assistências das famílias de acolhimento e das comunidades de acolhimento depois de crises e desastres naturais – um guião passo-a-passo, 2012
- FICV, Direito Internacional na Resposta aos Desastres (IDRL) em Moçambique, 2012
- FICV, Apelo de Emergência - IMDRMZ010: Relatório sobre as Operações Nº. 3, 2013
- FICV, Relatório do FACT de Abrigo, Gaza, 2012
- FICV, Relatório do FACT de Abrigo, Zambézia, 2012
- FICV, Avaliação Interna do Apelo de Emergência para Cheias em Moçambique, Nº MDR-MZ010, 2013
- Banco Mundial, Missão de Avaliação e Resposta às Cheias – Memorando, 2013
- Banco Mundial, Lições Aprendidas da Recuperação de Desastres: O Caso de Moçambique, 2005
- ACNUR, Deslocados Internos nas Famílias de Acolhimento e nas Comunidades de Acolhimento: Assistência aos Acordos de Acolhimento, 2012
- UNHABITAT, Enfoque sobre Moçambique: Uma Década na Aplicação de Estratégias de Redução do Risco de Desastres, 2012
- Programa de Identificação do Risco Global (GRIP), Avaliação do Risco de Desastres em Moçambique: Uma Análise Abrangente da Situação do País, 2011
- OIM Moçambique, Matriz de Acompanhamento da Deslocação, 2013
- Equipa Nacional Humanitária - Moçambique, Cheias em Moçambique, 2013: Proposta da Resposta e Recuperação, 2013
- Equipa Nacional Humanitária - Moçambique, Estratégia Consolidada de Recuperação Rápida, 2013
- IASC/Caritas, Directrizes para as Comunidades de Acolhimento – Apoio às Famílias de Acolhimento no Haiti através do Acompanhamento dos Movimentos, Compreensão das Necessidades e Orientação das Actividades de Resposta, 2010
- COSECA, Levantamento Aéreo da Província da Zambézia - Cheias, 2013
- Centro de Monitorização de Deslocados Internos/NRC, Orientação sobre o Perfil dos Deslocados Internos, 2008
- Escritório do Representante Residente em Moçambique (UNRCO), Relatório sobre a Situação Nº. 1, 2013
- Facilidade Mundial para a Redução de Desastres e Reconstrução (GFDRR), Vulnerabilidade, Redução do Risco e Adaptação às Alterações Climáticas, 2010
- Instituto Nacional de Gestão das Calamidades (INGC), Relatório Nacional de Progresso sobre a Implementação do Quadro de Acção de Hyogo (2011-2013)
- República de Moçambique, Política Nacional de Gestão de Calamidades, 1999

- Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNISDR), Programas de Gestão do Risco de Desastres para os países prioritários em África - Moçambique, 2012
- Conselho de Ministros da República de Moçambique, Plano Director para a Prevenção e Mitigação de Calamidades Naturais, 2013
- <https://www.sheltercluster.org/Africa/Moçambique/Moçambique%20Cheias%202013/Pages/default.aspx>
- <http://countryadaptationprofiles.gfdr.org>
- <http://www.preventionweb.net/english/countries/africa/moz/>
- <http://www.unisdr.org>

Principais documentos de referência e (Português)

- Governo da Província da Zambézia, Plano de Contingência para a época chuvosa e ciclónica 2012/2013
- Governo do Distrito da Maganja da Costa, Plano de Contingência 2012/2013
- Governo do Distrito de Namacurra, Plano de Contingência 2012/2013
- Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) - Delegação Provincial da Zambézia, Balanço do Plano de Contingência para Época Chuvosa e Ciclónica 2012/2013
- INGC, Estudo sobre o impacto das alterações climáticas no risco de calamidades em Moçambique, Relatório Síntese – Segunda Versão, 2009
- Ministério da Administração Estatal, Avaliação do Ciclo de Desastres - Manual de procedimentos para apoio a tomada de decisão, 2012
- Boletim da República do Moçambique, Regulamento do Reassentamento, 2012
- Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação de Mudanças Climáticas (2013-2025), 2012
- Ministério da Planificação e Desenvolvimento, Diagnóstico Preliminar e Acções de Reconstrução Pós-Calamidades 2013
- República de Moçambique, Programa Quinquenal do Governo para 2010-2014, 2010
- INGC/GAA/CVM, Guião de Formação Básica em Gestão do Risco de Calamidades. Comitês Locais de Gestão de Risco, 2013
- www.portaldogoverno.gov.mz
- www.Zambézia.gov.mz
- <http://www.ine.gov.mz>

Os Princípios Fundamentais do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho

Humanidade. O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho nasce da preocupação de prestar auxílio sem discriminação aos feridos no campo de batalha: esforça-se, na sua capacidade internacional e nacional, de prevenir e aliviar o sofrimento humano seja lá o que pode ser encontrado. O seu propósito é de proteger a vida e a saúde e de promover o respeito pela pessoa humana. Favorecer a compreensão, a cooperação e a paz duradoura entre os povos.

Imparcialidade. Não faz nenhuma discriminação quanto a nacionalidades, raças, credos religiosos, condições sociais, ou opiniões políticas, empenhando-se exclusivamente em socorrer todos os indivíduos na medida dos seus sofrimentos e da urgência das suas necessidades, e dar prioridade aos casos mais urgentes de infortúnio.

Neutralidade. A fim de conservar a confiança de todos, abstém-se de tomar parte em hostilidades ou em controvérsias de ordem política, racial, religiosa ou ideológica.

Independência. O Movimento é independente. As Sociedades Nacionais, enquanto auxiliares dos serviços humanitários dos respectivos governos e sujeitas à lei dos respectivos países, têm de manter sempre a sua autonomia para poderem sempre actuar de acordo com os princípios do Movimento.

Voluntariado. É um movimento de alívio voluntário, não se movendo, de modo algum, pelo desejo de ganho.

Unicidade. Em cada país, pode existir apenas uma Sociedade da Cruz Vermelha ou do Crescente Vermelho. Tem de ser aberta a todos. Tem de realizar o seu trabalho humanitário em todo o seu território.

Universalidade. O Movimento da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, em que todas as sociedades têm igual estatuto e partilham as mesmas responsabilidades e deveres de ajuda mútua, é universal.

